

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
ELEIÇÕES PARA REITOR E VICE-REITOR, QUADRIÊNIO 2018-2022

PROPOSTA DE TRABALHO
(PLANO DE GESTÃO)

Documento apresentado por Luiz Otávio de Magalhães (Departamento de História) e Marcos Henrique Fernandes (Departamento de Saúde I) nos termos do Regulamento Eleitoral para escolha do(a) Reitor(a) e Vice-Reitor(a) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Anexo único da Resolução Consu nº 09/2017, alínea “c”, Art. 12.

RENOVA UESB
REITOR: LUIZ OTÁVIO
VICE-REITOR: MARCOS HENRIQUE

Vitória da Conquista / Jequié / Itapetinga
Abril de 2018

SUMÁRIO

I – APRESENTAÇÃO DOS CANDIDATOS	3
II – INTRODUÇÃO: A UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL E NA BAHIA	3
III – NOSSOS PRINCÍPIOS, OU, O QUE QUEREMOS	7
IV – NOSSOS COMPROMISSOS	8
V – NOSSO PROGRAMA DE AÇÃO	8
1. Reestruturação Acadêmica	9
2. Reestruturação Administrativa	12
3. Política de Pesquisa, Inovação, Tecnologia e Pós-Graduação	19
4. Política de Extensão Universitária	24
5. Política de Acesso, Permanência Estudantil e Ações Afirmativas	27
6. Política de Valorização e Formação Humana	32
7. Política de Internacionalização	35
8. Política de Comunicação e Informação	38
9. Política de Qualidade, Monitoramento e Avaliação Universitária	40
10. Política de Ordenamento e Sustentabilidade	42
11. Política de Financiamento	44

Proposta de Trabalho
Renova Uesb
Reitor: Luiz Otávio
Vice-Reitor: Marcos Henrique

Plano de Gestão para a Uesb
Quadrênio 2018-2022

I

APRESENTAÇÃO DOS CANDIDATOS

1. Luiz Otávio de Magalhães, candidato a Reitor, nos termos do Regulamento Eleitoral instituído pela Resolução Consu/Uesb nº 09/2017, é professor titular da Uesb, lotado no Departamento de História (*campus* de Vitória da Conquista), e Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).
2. Marcos Henrique Fernandes, candidato a Vice-Reitor, é professor titular da Uesb, lotado no Departamento de Saúde I (*campus* de Jequié), e Doutor em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

II

INTRODUÇÃO: A UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL E NA BAHIA

A universidade pública brasileira se encontra em uma conjuntura de crises e ameaças. Tal cenário é, em essência, derivado do momento político e econômico que caracteriza o exercício das prerrogativas de comando do Estado brasileiro. Assiste-se, atualmente, a um virtual desmonte das estruturas públicas voltadas para a garantia de acesso a direitos fundamentais dos cidadãos e cidadãs, em especial dos direitos relacionados à educação, à saúde e à previdência. Vários exemplos e episódios recentes da cena política e social brasileira podem ser aventados para ilustrar essa afirmação. Destacamos apenas alguns:

1. A aprovação da **Emenda Constitucional 95/2016**, que foi objeto das PEC's 241 e 55, que instituiu um novo regime fiscal para vigorar até o ano de 2036. Vale salientar que o conteúdo destas PEC's e, atualmente, desta Emenda Constitucional, foi alvo de protestos organizados por vários setores da sociedade civil e causa de greves e ocupações estudantis de todo o país. Com esse novo regime fiscal, fica impedido o crescimento das despesas do governo acima da inflação, desconsiderando-se totalmente as taxas de crescimento econômico e as taxas demográficas. Inúmeros pesquisadores, de diferentes instituições

universitárias, alertaram para o fato de que “as novas regras [...] poderão levar ao sucateamento das políticas sociais, especialmente nas áreas da saúde e educação, pondo em risco por completo a qualidade de vida da população brasileira”.¹

2. O **desmonte de instituições universitárias públicas tradicionais**, cujo exemplo mais dramático é o da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). A Uerj atravessou todo o ano de 2017 em condições que tornaram inviável o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas. Em dezembro de 2017, a mídia ainda noticiava a falta de pagamento do 13º do ano de 2016 de seus servidores técnicos e docentes, o atraso de salários e o não repasse de bolsas de estudos. Não se trata de apenas mais uma instituição universitária. A Uerj é a quinta maior universidade do Brasil em número de alunos matriculados (são 43 mil matrículas, do ensino fundamental e médio, no Colégio de Aplicação, até as matrículas nos vários programas de Mestrado e Doutorado), é responsável pela gestão de um Hospital Universitário (O Hupe – Hospital Pedro Ernesto) que atende a uma ampla população do Estado do Rio de Janeiro, e foi pioneira na implementação de cotas sociais para acesso ao ensino superior.

Como afirmou a Profa. Dra. Lilia Schwarcz, da USP, em artigo contundente:

Nenhuma crise tem a capacidade de explicar ou justificar tamanho desrespeito pela educação pública e de qualidade [...]. Com tamanha redução, a Uerj corre o risco de ver sua missão sucateada [...]. Assegurar o direito à educação pública, gratuita e de qualidade não é projeto de poucos. Não é tampouco uma tarefa circunstancial; é sonho de futuro. [...]

A crise da Uerj não é apenas mais um problema dentre uma série maior e indiscriminada. Ela traz sérias implicações para o ensino superior brasileiro, para o desenvolvimento do país e reflete uma concepção falaciosa sobre o ensino e a educação. [...] **A autonomia e a saúde das universidades brasileiras é que estão em jogo quando se atinge dessa maneira, uma instituição do porte e relevância da Uerj.** Somos todos nós, cidadãos brasileiros, que sofremos com tal falta de salários, com os recursos suntuados aos milhares de alunos, funcionários e professores, e com as lacunas na pesquisa e no ensino que esse tipo de situação alimenta.²

3. O cancelamento ou adiamento de programas e editais voltados para a formação e permanência de estudantes universitários. Neste início de 2018, dois programas nacionais, que asseguravam a transferência de recursos para a formação e permanência estudantil nas universidades públicas brasileiras foram cancelados ou interrompidos: o Pibid (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à

¹ Cf. o artigo “Emenda Constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre”, de Cynara Monteiro Mariano, professora da Universidade Federal do Ceará, publicado na *Revista de Investigações Constitucionais* (UFPR), v. 4, 2017. DOI: 10.5380/rinc.v4i1.50289.

² L. Schwarcz, “No passo do caranguejo: a crise da Uerj é de todos nós”. Cf. www.nexojornal.com.br

Docência) e o Pnaest (Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais). Os efeitos destes cortes são desastrosos, tanto do ponto de vista da formação acadêmica dos universitários brasileiros como para a viabilidade da permanência na universidade de estudantes oriundos de famílias com renda mensal inferior a 1,5 salários mínimos. A Andifes (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) divulgou carta manifesto em defesa do Pibid, mas isso não foi capaz de assegurar a continuidade, sem interrupção, do Programa:

O Pibid representa o que de mais moderno, inovador e transformador foi realizado no Brasil nas últimas décadas, no campo das políticas públicas de fomento à formação de professores.

O Pibid é um exemplo incontestado de política pública exitosa. Ele existe há mais de uma década. Ele está presente em todas as principais instituições de ensino superior que mantêm cursos de licenciatura. Ele está presente em milhares de escolas de educação básica espalhadas pelo país, que todas as semanas recebem grupos de estudantes pibidianos, que formam hoje um contingente de mais de 50 mil jovens.³

No âmbito da Uesb, a interrupção destes programas (Pibid e Panest) deve representar uma diminuição de recursos da ordem de mais de 1,5 milhão de reais por ano. Recursos que poderiam e deveriam ser utilizados para propiciar condições satisfatórias de permanência a centenas de estudantes da instituição.

4. O ataque à autonomia acadêmica e científica das Universidades mediante tentativas de interdição e censura a pesquisas e atividades institucionais. Em novembro do ano passado, a Universidade Federal da Bahia registrou ao menos dois atos de ataque à liberdade de pesquisa e de pensamento envolvendo seus docentes e discentes. Um aluno mestrando do IHAC (Instituto de Humanidades, Artes e Ciências) teve interrompida sua defesa de dissertação em função da ocupação da instituição por militantes/milícias contrários ao desenvolvimento de trabalhos acadêmicos voltados para estudos de relações de gênero. Uma professora da Universidade, lotada no Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim) recebeu seguidas ameaças de morte em função de suas pesquisas sobre divisão sexual do trabalho. O quadro gerou diversos posicionamentos em defesa da universidade, divulgados em veículos da imprensa e pela própria Instituição, através de nota de seu Conselho Universitário:

A intolerância chegou no mundo acadêmico. Três professores da Universidade Federal da Bahia (Ufba) foram ameaçados – um deles de morte –, recentemente, por conta do teor de pesquisas que desenvolvem dentro da instituição. Além do trio de docentes, uma aluna do mestrado

³ Cf. www.andifes.org.br

também foi ameaçada dias antes da apresentação de sua dissertação. Todas as pesquisas estão relacionadas à divisão sexual do trabalho.⁴

O Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia, reunido em 13.11.2017, aprovou, por unanimidade, a moção de repúdio proposta pela Conselheira [...], manifestando a indignação dos Conselheiros diante das tentativas de cerceamento de todo um campo de produção do conhecimento científico no qual a Universidade Federal da Bahia é, há décadas, referência, a saber, os estudos sobre gênero, diversidade, mulheres e feminismo.

[...]

Tais iniciativas obscurantistas não têm se restringido à nossa Universidade. [...].

O clima de intolerância que se estabeleceu neste País vem repercutindo de forma drástica na liberdade de expressão, no livre exercício profissional e na autonomia universitária para tratar de temas relevantes concernentes a determinados segmentos sociais.

As reações virulentas e ameaçadoras, particularmente no âmbito acadêmico, vêm tomando proporções assustadoras e desrespeitosas.⁵

Na Bahia, o quadro de ameaças à Universidade é igualmente preocupante. Durante os últimos anos, o governo do Estado, que tem a obrigação constitucional de garantir a manutenção das universidades estaduais,⁶ tem se negado a transferir para estas instituições recursos suficientes para assegurar:

- a) o cumprimento dos direitos trabalhistas de seus servidores;
- b) o direito ao acesso e permanência no ensino superior de jovens, cidadãos e cidadãs dos municípios que compõem a Bahia;
- c) o respeito ao princípio da autonomia financeira das universidades;
- d) a garantia de que estas instituições possam desempenhar com qualidade seu papel de agente promotor do conhecimento, da inclusão social e da emancipação humana no Estado.

Dos orçamentos repassados pelo governo do Estado às Universidades estaduais, nos últimos quatro anos, os recursos obrigatórios para cumprimento de despesas de pessoal e despesas correntes nunca foram inferiores a 97%, restando, para execução de projetos e investimentos, menos de 3% do orçamento. Sem contar, ainda, outras ameaças, como a interrupção nos repasses destes recursos mínimos, sempre sujeitos às políticas de contingenciamento ditadas pelo governo, que simplesmente ignora a autonomia conferida pela constituição federal para as universidades.

4 Intolerância: Professores da UFBA recebem ameaças de morte por pesquisa sobre gênero Cf. www.revistaforum.com.br.

⁵ Moção aprovada pelo Consuni, Conselho Universitário da Ufba, em 13 de novembro de 2017.

⁶ Cf. Art. 265 da Constituição Estadual: "As instituições estaduais de pesquisa, universidades, institutos e fundações terão sua manutenção garantida pelo Estado, bem como sua autonomia científica e financeira, assegurado o padrão de qualidade indispensável para o cumprimento de seu papel de agentes de ciência e tecnologia".

Por outro lado, no plano interno, a Uesb vem experimentando um modelo de gestão que, após 16 (dezesseis) anos de implantação, mostra sinais evidentes de estagnação, o que dificulta ainda mais que a instituição cumpra seus objetivos essenciais de mostrar-se à sociedade como *locus* de produção do conhecimento e de formação e emancipação da população jovem do sudoeste baiano. Diante de um quadro evidente de estagnação de gestão, a Uesb se vê também ameaçada pela construção de uma imagem negativa junto à sociedade regional, e, principalmente, se ressentida diante da ausência quase que completa de mecanismos mais elementares de gestão universitária. Na instituição, é hoje perceptível a ausência de políticas definidas de graduação, de extensão e de pós-graduação, a ausência de ações efetivas de avaliação institucional e de avaliação das atividades acadêmicas e, em suma, ausência completa de planejamento acadêmico e institucional.

Diante deste quadro, a chapa Renova Uesb, concorrente no pleito para escolha do Reitor e Vice-Reitor da Uesb para o quadriênio 2018-2022, adota como principal diretriz para seu plano de gestão o compromisso com a defesa intransigente da universidade pública e autônoma, por meio de propostas de ações que conduzam a instituição ao seu fortalecimento acadêmico, institucional, político e social.

Associada a essa diretriz fundante, elegemos ainda outros princípios de gestão, norteados pela necessidade de que estabeleçamos ações que se mostrem capazes de tornar nossa universidade mais integrada, mais participativa, mais inclusiva, mais emancipatória e mais eficiente para cumprir sua missão acadêmica, social e humana.

Assim, pleiteamos uma re-nova Uesb, porque acreditamos que uma outra universidade é possível. Indo mais além, inspirando-se nas ideias e nas palavras do professor português Boaventura de Sousa Santos, que sempre afirma a necessidade de não nos esquecermos de que somos capazes de construir um outro mundo, diríamos que uma outra universidade é não apenas possível, mas, principalmente, necessária.

III NOSSOS PRINCÍPIOS, OU, O QUE QUEREMOS

A Chapa Renova Uesb representa as aspirações de um conjunto de professores, estudantes e técnicos da Uesb que compartilham a convicção de a construção de uma nova Uesb deve ser tarefa guiada por um conjunto de princípios e diretrizes fundamentais. Esses princípios moldam e delineiam a **Universidade que queremos**:

- uma Universidade autônoma;
- uma Universidade mais integrada (do ponto de vista humano, organizacional, acadêmico e regional);

- uma Universidade mais conectada (do ponto de vista interno, local, regional, nacional e internacional);
- uma Universidade mais participativa, descentralizada, transparente;
- uma Universidade mais eficiente, eficaz e efetiva;
- uma Universidade mais inclusiva e emancipatória.

IV

NOSSOS COMPROMISSOS

A partir dos princípios afirmados, a Chapa Renova Uesb elege seus compromissos fundamentais perante a Universidade:

- com a universidade autônoma, pública, gratuita, laica, plural e socialmente referenciada;
- com o desenvolvimento regional;
- com a democracia participativa;
- com a qualidade educacional;
- com a transparência da gestão.
- com o fortalecimento da graduação e pós-graduação presenciais;
- com a internacionalização do saber;
- com o bem-estar da comunidade acadêmica;
- com a diversidade sociocultural;
- com a sustentabilidade organizacional.

IV

NOSSO PROGRAMA DE AÇÃO

Com base em nossos princípios e nossos compromissos, a Chapa Renova Uesb apresenta uma proposta de intervenção em 11 (onze) eixos estratégicos, campos fundamentais de atuação da gestão acadêmica e administrativa da Universidade:

- Reestruturação Acadêmica
- Reestruturação Administrativa
- Política de Pesquisa, Inovação, Tecnologia e Pós-Graduação
- Política de Extensão Universitária
- Política de Acesso, Permanência Estudantil e Ações Afirmativas
- Política de Valorização e Formação Humana
- Política de Internacionalização
- Política de Comunicação e Informação

- Política de Qualidade, Monitoramento e Avaliação Universitária
- Política de Ordenamento e Sustentabilidade
- Política de Financiamento

1. Reestruturação Acadêmica

Nos últimos anos o modelo de gestão acadêmica da UESB mantém-se estagnado. Não foram construídos mecanismos de diagnóstico e avaliação das atividades acadêmicas, não foram criados programas de acompanhamento de egressos, não foram desenvolvidos estudos orientados para o estabelecimento de diálogos interdisciplinares entre os cursos de uma mesma área de conhecimento, nem foram construídas políticas e ações coordenadas que elevem a condição da nossa instituição como referência qualitativa na formação e qualificação dos profissionais, principalmente na graduação.

Além do esgotamento do modelo de gestão centralizadora que não respeita ou dialoga com a multicampia, vivenciamos uma crise de pertencimento, pela fragmentação das relações interpessoais, inter setoriais e apatia da comunidade acadêmica em debater e buscar soluções pactuadas entre docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos para os problemas que afetam o ensino de graduação, tais como: infra-estrutura precária dos cursos, laboratórios e clínicas, elevados índices de evasão, necessidade de atualização e revisão dos projetos curriculares dos cursos, mobilidade acadêmica, ausência de planejamento, monitoramento e avaliação das atividades de ensino, dentre outros.

Além desses problemas, há que se acrescentar também o descompasso entre o calendário acadêmico da universidade e o calendário civil, descompassado que tem acarretado sérios prejuízos institucionais para a Uesb e que tem dificultado o acesso de novos estudantes aos seus cursos.

É preciso Renovar o modelo de gerenciamento da graduação a partir da organização de uma gestão acadêmica baseada no **Diagnóstico, Planejamento e Avaliação** em diálogo com Departamentos, Colegiados, Docentes, Discentes e Técnico-Administrativos, com o objetivo de promover a qualificação pedagógica, com ênfase na formação científica e incentivando a adoção de inovações pedagógicas que consolidem os cursos com o compromisso do desenvolvimento regional, articulado com as questões nacionais e internacionais.

Temos o compromisso de gestar uma graduação implicada com a inclusão, a qualidade educacional, a sustentabilidade organizacional e que valorize as diferenças, a diversidade sociocultural e potencialize o desenvolvimento regional. Desse modo, apresentamos algumas ações para aperfeiçoamento e consolidação da graduação da Uesb:

- Construção do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2018-2022) em diálogo com toda comunidade acadêmica;
- Diagnóstico, avaliação e aprofundamento das políticas de ações afirmativas e de permanência estudantil;
- Ampliação e fortalecimento das parcerias com as redes públicas de ensino, e, no caso dos bacharelados, com empresas, ONG's, redes de saúde, de assistência e outros segmentos;
- Diagnóstico das condições de infra-estrutura, financeira e pedagógica da instituição para avaliação das possibilidades e potencialidades de ampliação da oferta dos cursos de graduação, com base em pareceres técnicos de demanda social e viabilidade, e de planejamento a ser instituído no PDI;
- Promoção da articulação entre os cursos dos três campi, a partir de um trabalho de integração da Prograd, Departamentos, Assessorias, Secretarias de Cursos e Colegiados, para atendimento de demandas curriculares, administrativas, estudos de legislação, metodologias para coleta de dados etc.;
- Redimensionamento das funções das Assessorias Acadêmicas dos *campi* de Jequié e Itapetinga, com vistas ao apoio, fortalecimento e qualificação da política de graduação e pós-graduação dos *campi*;
- Implantação efetiva do Fórum das Licenciaturas da UESB para potencializar o diálogo com a comunidade acadêmica, com vistas a organização de uma política institucional de formação de professores da educação básica e a construção de indicativos para atendimento das novas diretrizes curriculares para os cursos de licenciatura;
- Qualificação dos estágios curriculares das licenciaturas e bacharelados;
- Ampliação das atividades de extensão relacionadas aos cursos de graduação e discussão, com os Colegiados e Departamentos, das possibilidades de curricularização da extensão, conforme Política Nacional de Extensão para as Universidade Públicas;
- Elaboração e implementação de um projeto de formação pedagógica continuada dos docentes da Uesb;
- Estímulo a ações de EaD voltadas para o uso inovador de tecnologias para a qualificação dos cursos, evitando o uso desta modalidade para a precarização do ensino;
- Políticas de avaliação e auto-avaliação dos cursos de graduação da Uesb;
- Reativação da Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- Definição de recursos financeiros em infra-estrutura e materiais para as salas de aula, gabinetes dos docentes, vídeo-conferências, laboratórios de ensino, clínicas, equipamentos audiovisuais e de informática, com o objetivo de contribuir com a qualidade dos cursos e da formação;
- Implementação, em parceria com os Colegiados dos Cursos, de um Programa de Acompanhamento do Egresso (PAE);

- Estabelecimento de parceria com os Colegiados e a CPA visando estratégias que qualifiquem o desempenho dos cursos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES-ENADE);
- Consolidação, em parceria com os Departamentos e Colegiados, de ações de inclusão dos discentes dos cursos de graduação da UESB (apoio psicológico, pedagógico, bolsas etc.);
- Aperfeiçoamento dos sistemas de mobilidade e intercâmbio acadêmicos da Uesb;
- Reordenamento do Calendário Acadêmico;
- Promoção de articulação entre os cursos de Pedagogia, Psicologia, Medicina e afins para consolidação das Creches da Uesb como instituições de referência no atendimento a crianças da educação infantil, com base nos Parâmetros Nacionais de Qualidade e nas Diretrizes Curriculares da Educação Infantil;
- Promoção e fomento, de forma sistemática, no interior dos cursos, do debate e da avaliação sobre os processos de ambientalização curricular, inclusão social, adequações arquitetônicas, sustentabilidade, relações étnico-raciais, diversidade sexual e de gênero, relação universidade-sociedade-movimentos sociais;
- Avaliação institucional dos sistemas de ingresso na Uesb;
- Captação de recursos estaduais e/ou federais para construção do Centro de Convivência Social, Cultural e de Lazer do *campus* de Itapetinga;
- Fomento, na graduação e pós-graduação, à oferta de cursos de línguas;
- Redefinição, em parceria com Departamentos e Colegiados, do modelo de convergência curricular e de creditação nos cursos da Uesb.

Além dessas propostas de ação, há que se ter em consideração, ainda, uma atenção especial com a estrutura e funcionamento das Bibliotecas da Uesb.

Na contemporaneidade, o fluxo constante de informações advindo do avanço das tecnologias de informação e comunicação tem avançado desmesuradamente. Mesmo com esse avanço, a biblioteca universitária ainda é o local privilegiado para acessar a informação e auxiliar no processo de produção de conhecimentos, pois ela cumpre importante papel no desenvolvimento científico, tecnológico, social, cultural e, sobretudo, de inclusão em nossa sociedade, o que está intrinsecamente ligado à sua função social de catalisadora e difusora do ensino, pesquisa e extensão.

Além de atender as demandas internas de pesquisadores, docentes, discentes e técnicos administrativos, as bibliotecas têm o desafio de estarem conectadas com as mudanças contemporâneas das tecnologias de informação e comunicação, aproximar o público externo (público em geral, escolas, crianças, jovens e adultos da educação infantil, ensino fundamental e médio) das cidades e microrregião de inserção dos *campi* da Uesb e, ainda, tornar-se efetivamente um ambiente de inclusão social, superando as barreiras de acessibilidade física, arquitetônica, informacional e comunicacional.

Com o objetivo de potencializar o trabalho das Bibliotecas da Uesb nos três *campi*, propomos:

- Diagnóstico e avaliação sistemática da política de aquisição, atualização, expansão, manutenção e descartes das coleções (livros, periódicos, referências, trabalhos acadêmicos, materiais audiovisuais etc) das bibliotecas da Uesb, respeitando as especificidades das bibliotecas e as áreas de conhecimentos de cada *campus*;
- Avaliação e otimização da política de compras para os acervos das bibliotecas;
- Ampliação das ações culturais (exposições artísticas, mostras culturais, lançamento de livros etc.) internas e externas que valorizem as letras, artes e culturas local e regional;
- Aquisição de acervo infanto-juvenil de autores nacionais e internacionais, com vistas a criação de um espaço lúdico nas bibliotecas dos três *campi* para atender e aproximar as crianças dos docentes, estudantes, técnicos e comunidade externa das bibliotecas;
- Ampliar para comunidade acadêmica, em parceria com os colegiados dos cursos de graduação e pós-graduação, o oferecimento de cursos e treinamentos sobre pesquisa bibliográfica, normatização, elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos, conforme as normas da ABNT;
- Realizar diagnóstico de acessibilidade física e arquitetônica (estacionamentos, sinalizações de escadas, sanitários, rampas, elevadores, espaçamento entre estantes, prateleiras, altura de mesas e balcões), informacional e comunicacional (tecnologia assistiva, materiais em Braille, Libras) nas bibliotecas da Uesb;
- Diagnóstico e planejamento de ações para padronização dos ambientes e aquisição de materiais para as bibliotecas da UESB, com o objetivo de receber e atender usuários com diferentes tipos de deficiências e necessidades especiais.
- Construção de um Ambiente de Acessibilidade Informacional: leituras e digitalização de materiais didáticos; disponibilização de lupas, CDs, DVDs, notebooks, audiobooks, material cartográfico, computadores adaptados; realização de impressões em braille ou cópias ampliadas; aquisição de computadores com softwares especializados para deficientes;
- Formação e qualificação continuadas de pessoal para atuarem com os usuários com deficiências e necessidades especiais.

2. Reestruturação Administrativa

A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) é uma Autarquia, criada pela Lei nº 12 de 30 de dezembro de 1980, através da incorporação das faculdades de Formação de Professores, Agronomia e Administração de Vitória da Conquista, Faculdade de Formação de Professores e da Escola de Enfermagem de Jequié, bem como da Faculdade de Zootecnia de Itapetinga. É uma entidade dotada de personalidade de Direito Público e

Regime Especial de Ensino, Pesquisa e Extensão, de caráter multicampi, com sede e foro no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, com autonomia didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial, com campi em Jequié e Itapetinga.

A *multicampia* foi uma resposta do Estado à necessidade de interiorização da educação superior, de modo a disseminar a produção do conhecimento científico e diminuir as desigualdades regionais. Do ponto de vista conceitual, existem duas modalidades de multicampia: a vertical – formada por um campus com sede forte e campi menores, sendo que o primeiro concentra a maior parte da força acadêmica; e a horizontal – formada por diversos *campi* com forças acadêmica e institucional equilibradas entre eles, com mais autonomia acadêmica, administrativa e orçamentária. Na Uesb, prevalece o modelo vertical, onde o *campus* sede, Vitória da Conquista, concentra, além dos órgãos deliberativos (Consu, Consepe e Consad) e suplementares, os órgãos executivos superiores (Reitoria e Pró-Reitorias).

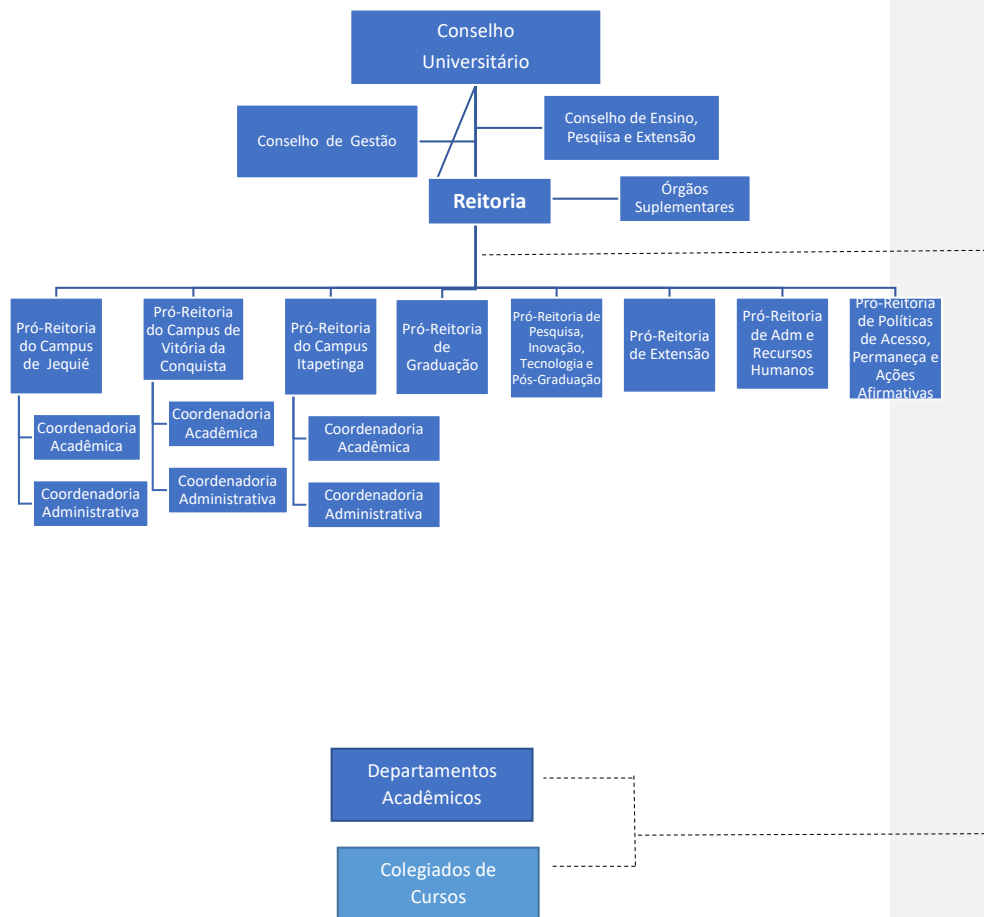
A luta por reconhecimento, pertencimento e participação cidadã na vida cotidiana da sociedade, coloca no centro da discussão o debate sobre qual modelo de gestão deve prevalecer nas organizações: se um modelo de gestão tecnoburocrático, monológico, de estrutura hierarquizada e centralizada, ou, se uma gestão socioparticipativa, dialógica e autogestionável, com processo decisório praticado por diferentes sujeitos sociais. No caso específico das universidades, cuja gestão se fundamenta numa estrutura colegiada, o modelo socioparticipativo se apresenta, sem dúvida alguma, como o mais indicado. Portanto, cabe conceber novas formas de gestão, mais autônomas, representativas, efetivas e colaborativas, de modo a possibilitar o ideário da democracia participativa.

Pensar a Uesb nessa perspectiva é reconhecer que o futuro exige outras estruturas organizacionais, capazes de responder aos desafios de uma sociedade em contínua e rápida mudança, num ambiente de responsabilidade social, de observância aos valores éticos, da gestão democrática, da transparência, da prestação de contas, enfim, do envolvimento efetivo da comunidade acadêmica na tomada de decisão de assuntos estratégicos e da vida cotidiana da nossa Universidade.

Por isso, compreendemos que é chegada a hora de implantarmos na Uesb um modelo de organização social e de gestão pautado em princípios mais democráticos, transparentes e participativos, de maneira que possamos cumprir de forma mais eficiente, eficaz e efetiva a função social da Universidade – a emancipação humana –, atendendo, também, a um desejo recorrente dos *campi* de Jequié e Itapetinga, no que diz respeito à centralidade, apenas no *campus* de Vitória da Conquista, dos órgãos deliberativos e executivos, minando, com isso, a participação efetiva dos demais *campi* nas tomadas de decisão e implementação das políticas acadêmicas e administrativas. Acreditando que outra universidade é possível, apresentamos aqui nossa proposta de reestruturação administrativa para UESB:

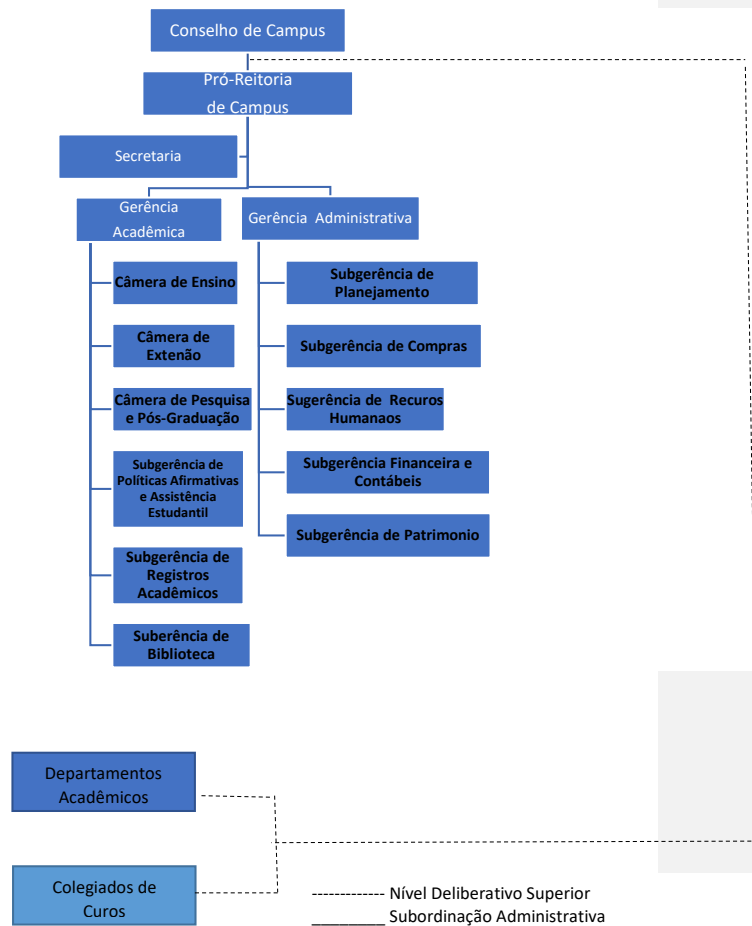
- **Organização Administrativa.** Uma reestruturação administrativa implica promover a revisão do marco legal, no que se refere ao Estatuto da Uesb, de maneira a possibilitar a alteração do formato *multicampia vertical* para o *multicampia horizontal*, ressignificando os órgãos executivos superiores já existentes (Pró-Reitorias) e acrescentando outros no organograma institucional, de modo a proporcionar uma gestão mais participativa, menos centralizada e mais próxima das demandas locais. Para isso, a Chapa Renova Uesb: outra universidade é possível, defende a criação da **Pró-Reitoria de Campus**, uma em cada *campus* universitário, com o objetivo de coordenar, executar, acompanhar e avaliar as políticas acadêmicas e administrativas formuladas pelos órgãos superiores. A Pró-Reitoria de Campus exercerá a função de representação acadêmica, administrativa, orçamentária e legal da Reitoria nos *campi* existentes, em consonância com as diretrizes das demais Pró-Reitorias, órgãos deliberativos superiores (Consu, Consad e Consepe) e setoriais (Planárias de Departamentos e Colegiados). Ainda com o objetivo de promover uma universidade mais próxima de suas demandas acadêmicas, sociais e locais e considerando a enorme fragmentação das políticas de acesso e permanência estudantil, hoje, na UESB, defendemos, também, a implantação da **Pró-Reitoria de Acesso, Permanência e Ações Afirmativas**, com o propósito de congregar todas as ações voltadas para os estudantes, de forma a otimizar os recursos advindos de diferentes fontes e melhor atender as demandas do público-alvo, sempre em diálogo com as instâncias representativas dos discentes. Uma representação gráfica da nossa proposta pode ser visualizada nos organogramas administrativos a seguir:

Proposta de Organograma Sintético da UESB



----- Nível Deliberativo Superior
 _____ Subordinação Administrativa

Organograma Administrativo da Pró-Reitoria de Campus



- Recursos Humanos.** Com o propósito de fazer cumprir a função social da Universidade, que consiste em promover a emancipação humana e o desenvolvimento regional, por meio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, faz necessário um modelo de gestão que valorize o desenvolvimento das capacidades humanas, sobretudo, o conhecimento, a habilidade e a atitude, nos diferentes níveis institucionais (individual, grupal e organizacional), a fim de fazer cumprir a sua finalidade social. Para isso, propomos a implementação de uma

política de recursos humanos (seleção, contratação, movimentação, desenvolvimento, valorização e promoção de carreira), pautada em princípios constitucionais (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), transparentes e participativos, ou seja, uma política orientada para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao bom desempenho institucional, buscando conciliar, quando possível, objetivos individuais, organizacionais e de interesse da administração pública, em qualquer dos quadros funcionais (permanente, temporário ou terceirizado). Um modelo de gestão, nessa perspectiva, permite, por exemplo, uma vez mapeadas e definidas as competências essenciais do cargo, da função, do setor e da instituição, implementar um mecanismo de *seleção interna*, com critérios objetivos e transparentes para nomear um determinado servidor ao cargo vago, de modo a combater atitudes patrimonialistas, ainda presentes na administração pública brasileira, especificamente, na atual gestão da Uesb.

- **Livre nomeação.** A Constituição Federal de 1988 prevê, no seu Artigo 37, o dispositivo da livre nomeação, por parte da administração superior, para cargo de comissão declarada em lei, com o fim específico de garantir o desempenho de funções diretivas e/ou missões transitórias da administração pública. São estruturas funcionais autônomas, podendo ser ocupadas por indivíduo sem vínculo com o órgão. Sua natureza decorre da confiança e do comprometimento pessoal entre o ocupante do cargo e a administração superior. Ocorre que os critérios de comprometimento e confiança podem gerar dinâmicas complexas de interesses, remuneração e poder. A ligação por critérios exclusivamente pessoais também favorece as práticas do nepotismo e favoritismo. Diante disso, defendemos que a *escolha de ocupantes de cargos comissionados* deve ser pautada pela profissionalização e meritocracia, ou seja, a administração superior deve fundamentar os processos de recrutamento e seleção (internos e externos) em perfis de competências, inclusive os relativos a cargos/funções de livre provimento de natureza técnica ou gerencial, e assegurar concorrência e transparência nos processos. Isto é, registrar de forma clara quais os conhecimentos, habilidades, atitudes e competências são necessárias para cada um dos cargos comissionados em relação à sua atividade específica e posição hierárquica. A finalidade é fazer com que a escolha do designado combine critérios discricionários de confiança (entrevista/indicação) e critérios impessoais de qualificação e competência (*curriculum/experiência/formação acadêmica*). Propomos também que a administração superior recorra a esta prerrogativa em casos estritamente essenciais, de modo a priorizar o perfil técnico existente no quadro de servidores públicos da Universidade.
- **Gestão Estratégica Participativa.** Com a finalidade de fazer cumprir a função social da Universidade, ou seja, a emancipação humana e o desenvolvimento regional, de forma eficiente, eficaz e efetiva, intensificaremos a cultura de uma gestão estratégica participativa, de forma a envolver todas as instâncias

deliberativas (plenárias de Colegiados, Departamentos e Conselhos) e executivas (Reitoria, Direção de Departamentos, Coordenação de Colegiados e Coordenação de Áreas de Conhecimentos) da Universidade na *cultura proativa de planejamento institucional*, de maneira a possibilitar o bom desempenho das atividades acadêmicas e administrativas, bem como do desenvolvimento regional, de modo a substituir a inércia, a morosidade, ineficiência e a falta de visão estratégica presentes na gestão atual da Uesb.

- **Descentralização Orçamentária e Financeira.** Com a implantação do modelo multicampia horizontal e a criação das Pró-Reitorias de Campus, exercendo a representação legal, acadêmica, administrativa e orçamentária da Reitoria nos campi universitários, daremos início ao *processo de descentralização orçamentária e financeira* na UESB, com ampla discussão nas plenárias departamentais e nos órgãos deliberativos superiores, de modo a definir os critérios de alocação dos recursos orçamentários por unidades acadêmicas, observando a coerente integração entre planejamento institucional e disponibilidade de recursos, conforme os ordenamentos do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual do Estado da Bahia.
- **Informatização e Desburocratização dos Processos Acadêmicos e Administrativos.** Com a finalidade de dar maior agilidade e transparência aos processos acadêmicos (ensino, pesquisa, extensão) e administrativos (pessoal, orçamentário, financeiro, logístico), faremos o estudo de viabilidade de implantação de um *sistema integrado de informações gerenciais*, de maneira a reduzir as etapas desnecessárias da burocracia interna, promovendo agilidade e transparência na tramitação dos processos junto aos órgãos deliberativos (conselhos, plenárias departamentais e plenárias de colegiados) e executivos (Reitoria, Pró-Reitorias, Departamentos e Colegiados).
- **Transparência da Gestão.** Para garantir o acesso à informação à comunidade universitária e a sociedade em geral, implantaremos, em linguagem clara e objetiva, o *Portal Transparência Uesb*, de modo a permitir o acompanhamento sistemático das origens e aplicações dos recursos públicos, no que referem aos orçamentos, receitas, investimentos, contratos, licitações, nomeações, salários, diárias e passagens, entre outros atos dos órgãos executivos e deliberativos.
- **Monitoramento e Avaliação da Gestão:** Com finalidade de subsidiar os órgãos executivos e deliberativos da Instituição, no que se refere ao bom desempenho de suas atividades acadêmicas e administrativas da Universidade, faremos um estudo de viabilidade para implantação do *sistema integrado de informações acadêmicas*, com o propósito de munir os gestores com informações precisas dos setores, departamentos, colegiados, programas e projetos, em quantidade necessária, para tomada de decisão no processo de planejamento institucional, bem como a implantação um *sistema de avaliação* com reflexões mais detalhadas sobre o

desempenho da Uesb, junto à comunidade acadêmica, o governo e sociedade civil, de modo a verificar as implicações no desenvolvimento institucional e regional.

- **Fórum de Gestão Universitária.** Propomos a implantação, como instância consultiva, do *Fórum de Gestão Universitária*, aberto à comunidade acadêmica, à sociedade civil e ao poder público, com o propósito de possibilitar um espaço dialógico de reflexões, discussões e debates sobre questões administrativas, infraestruturais, urbanísticas e orçamentárias da Uesb, de modo a subsidiar o processo de planejamento, implementação, avaliação e desempenho institucional.

3. Política de Pesquisa, Inovação, Tecnologia e Pós-Graduação

Pesquisa, Inovação, Tecnologia e Pós-Graduação compõem um eixo essencial para a gestão de uma instituição universitária. Eles envolvem questões relacionadas à produção do conhecimento, à formação discente e à credibilidade institucional a Universidade. É um eixo que interage e dialoga com todas as ações e as funções da Universidade – do ensino da pesquisa e da extensão, da inclusão etc.

É também um eixo que exige um olhar diferenciado, devido às características próprias de cada área de conhecimento no que se refere aos métodos e procedimentos para produção do conhecimento. Assim os critérios para qualificação de práticas de pesquisa e inovação devem ser diferentes quando pensados para aplicação na área de ciências humanas ou na área de ciências agrárias, por exemplo.

Por isto, uma política efetiva de pesquisa e inovação, tecnologia e pós-graduação deve se preocupar, em primeiro lugar, a olhar com cuidado os atributos e necessidades específicas de cada área. Em segundo lugar, deve criar mecanismos diversos que possibilitem a ampliação e qualificação das atividades de pesquisa e inovação. Deve, ainda, em terceiro lugar, se preocupar em dotar a instituição de estruturas administrativas aptas para lidar com as demandas de eixo, que exigem, com frequência, contatos e parcerias interinstitucionais, acordo de importação e exportação de equipamentos, colaboração internacional, repasses de recursos e prestação de contas, capacitação técnica para manejo de equipamentos especiais etc.

- **Projetos de Pesquisa:** A Uesb deve contar com Programa de Financiamento à pesquisa que seja voltado para o atendimento de todas as áreas do conhecimento. Deverá priorizar recursos institucionais para o financiamento de projetos inovadores nas mais variadas áreas. Promover o lançamento de editais temáticos por áreas, o que democratiza a utilização dos recursos e permite que os melhores projetos de cada área sejam contemplados. A política de participação da Instituição nos editais estruturantes lançados pelos diversos agentes de fomento

governamentais e não governamentais deverá ser definida no seu Plano de Desenvolvimento Institucional, com o estabelecimento de prioridades, evitando assim a participação fragmentada dos Programas de Pós-Graduação o que ocasiona sempre a pulverização de recursos inviabilizando a compra de equipamentos e estruturas multiusuários e de grande porte.

- **Grupos de Pesquisa:** Fomentar o registro, a atualização e a revitalização dos grupos já existentes junto ao diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, bem como a incentivar a formação de novos grupos de pesquisa. Fortalecer por meio do incentivo à pesquisa, a pós-graduação e a inovação os grupos de pesquisa existentes na UESB, possibilitando aos mesmos adquirirem múltiplas interações com outros grupos da própria Instituição, bem como a interação para além dos nossos muros, com outras instituições de ensino superior e centros de pesquisa nacionais e internacionais, dando visibilidade à sociedade da atuação dos nossos docentes, discentes e técnicos.
- **Núcleos e Redes de Pesquisa:** Os Núcleos de Pesquisa da Uesb devem se caracterizar como um grupo de pesquisadores com proposta de investigação conjunta, com linhas de pesquisa estabelecidas e enquadradas em áreas de concentração da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). As Redes de Pesquisa das quais os pesquisadores, discentes e técnicos da Uesb forem partícipes, devem primar pela busca ao conhecimento e da inovação por meio da socialização de informações e pela soma das expertises de grupos que envidam esforços conjuntos na busca por metas convergentes, compartilhando recursos humanos e materiais. A Uesb incentivará a participação de seus atores em redes de pesquisa de abrangência regional, nacional e internacional em todas as áreas do conhecimento.
- **Inovação Tecnológica.** Fortalecer o NIT visando criar um ambiente que favoreça o uso dos mecanismos de proteção intelectual no seio dos nossos projetos em todas as áreas, para que possamos ter mecanismos de transferência de tecnologias, incentivando o empreendedorismo e os mecanismos de comunicação social que permitam a disseminação dos conhecimentos gerados na instituição.
- **Proteção Intelectual.** Criar um ambiente no qual o corpo docente e técnico tenha as condições para buscar todos os tipos de proteção aos conhecimentos gerados por meio de patentes, softwares, marcas, desenhos industriais, cultivares, direitos autorais dentre outros.
Capacitar o corpo docente e técnico para trabalhar a busca de anterioridades, bem como o domínio da solicitação de patentes;
Fortalecer o Programa de Bolsas de Iniciação Tecnológica, propiciando aos graduandos experiências inovadoras e despertando a capacidade inventiva dos mesmos. Além de, a semelhança do que deverá ocorrer para a iniciação científica,

promover a revitalização e modernização do processo seletivo e consequente distribuição das bolsas.

Criar Programa Institucional para a descoberta e a iniciação de jovens talentos, garantindo as orientações iniciais necessárias à comunidade acadêmica para o bom desenvolvimento de questões relacionadas à Inovação.

- **Transferência de Tecnologia**

Criar o Programa Integra-Uesb: a ser gerido pelo NIT objetivando acompanhar e apoiar os **projetos de pesquisa inovadores** fomentando o contato entre pesquisadores de todos os laboratórios e grupos de pesquisa afins dentro da Instituição que possam desenvolver ações conjuntas, complementares e multidisciplinares.

Criar o Programa UESB na Escuta: programa efetivo de transferência de tecnologias que fomentará e intermediará o contato do setor produtivo, ONGs e agentes governamentais com os pesquisadores da Instituição. Será a porta de entrada para as demandas sociais. A Uesb estará ligada à sociedade para ouvir as suas demandas e buscar criar as soluções por meio de projetos de pesquisa inovadores.

- **Empreendedorismo.** Promover o empreendedorismo por meio da articulação com as incubadoras de empresas da base tecnológica e social na Bahia, demais estados da federação e no exterior, bem como com os parques tecnológicos e demais empreendimentos que potencialmente promovam inovação em parceria com a UESB.

Criar o Programa Institucional de Bolsa ao Discente Empreendedor: Edital anual com o foco nos alunos da graduação que queiram desenvolver atividades relacionadas ao empreendedorismo, junto aos habitats de inovação, as empresas e centros de pesquisa no Brasil e no exterior.

- **Comunicação Social.** Desenvolvimento periódico de boletins informativos sobre os resultados da política de Inovação da UESB, bem como realização de eventos técnico-científicos visando a popularização da ciência, tecnologia e inovação. Criar um banco de publicações de toda a instituição, visando socializar o acesso aos conhecimentos gerados.

Usar os meios de comunicação próprios (rádio, tv, boletins e outros) para a divulgação em massa das informações geradas por meio de programas temáticos.

- **Produção e Publicação Científica**

Criar um Programa Institucional de apoio à publicação científica tanto por meio das Edições Uesb, bem como pelo apoio ao uso dos veículos de comunicação científica externos, nacionais e internacionais para a disseminação dos conhecimentos gerados na instituição. A Editora deve buscar financiamentos para a publicação de livros e periódicos em todos os editais lançados pelas agências de

fomento governamentais, bem como por meio de parcerias com a sociedade civil organizada.

Edições Uesb: Dotar a editora Institucional das condições necessárias para consolidar sua política editorial para além-muros da universidade. Criar mecanismos técnico-financeiros para ajudar a editora em seus caminhos, preparando-a para superar os limites e as dificuldades comuns ao cotidiano das editoras universitárias. Buscar o suporte da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (Abeu) e do Programa Interuniversitário de Distribuição de Livros (PIDL) buscando maximizar a divulgação de livros, revistas e outros materiais voltados à produção acadêmica regional.

Periódicos Científicos: Fortalecer a criação e aperfeiçoamento de periódicos que visem promover a divulgação trabalhos científicos, técnicos, didáticos, culturais e paradidáticos de interesse de pesquisadores de Instituições Científicas do país e do exterior nas mais diversas áreas do conhecimento, incentivando intercâmbios e convênios com outras instituições, estimulando o desenvolvimento das coedições e parcerias. Inserir os periódicos em plataformas eletrônicas modernas para a gestão editorial. Buscar inserir todos os periódicos da Instituição nas principais bases indexadoras do mundo, garantindo à sociedade e a comunidade acadêmica o livre acesso às informações publicadas.

Apoio Institucional às Publicações: Garantir apoio logístico e financeiro para elevar as publicações qualificadas oriundas dos projetos desenvolvidos pela Instituição. Propiciar aos pesquisadores, por meio de editais, recursos para tradução, revisão e pagamentos de taxas de publicação em periódicos de elevado fator de impacto dentro de cada uma das áreas de conhecimento.

- **Promoção de Eventos Científicos:** Promover nos três *campi* eventos técnico-científicos de abrangência regional, estadual, nacional e internacional nas mais diversas áreas do conhecimento.
- **Monitoramento das ações de pesquisa e inovação tecnológica.**

Pós-Graduação

Os pilares da Pós Graduação na Uesb devem estar alicerçados num modelo de gestão eficiente da Política de Pós-Graduação da Instituição, que deve estar atendida com o Plano Nacional de Pós-Graduação (2011 a 2020). A política institucional deve considerar a situação atual, as previsões e as diretrizes para o futuro da pós-graduação, considerando as peculiaridades de cada área de avaliação dos nossos Programas. O desenvolvimento da Pós-Graduação na Uesb assim como no plano nacional, deverá ser organizada nos seguintes eixos: a expansão da pós-graduação em todas as áreas do conhecimento, buscando sempre a qualidade e a redução da endogenia; aperfeiçoamento da avaliação e sua expansão para outros segmentos do sistema de CT&I; promoção da multi-/interdisciplinaridade entre as principais características da pós-graduação e temas da pesquisa; apoio a pesquisas e programas como foco na educação básica.

Nesse sentido, a pós-graduação deve ser caracterizada pela excelência no ensino e na pesquisa, buscando sempre a inovação, a criatividade e a diversidade, num processo de formação continuada, em cursos *lato* e *stricto sensu*, permitindo um crescimento da atuação de mestres e doutores nas instituições de ensino superior, bem como a formação de profissionais especializados nas diversas áreas do conhecimento.

A pós-graduação deve ser desenvolvida num contexto que foque na formação continuada docente, algo de extrema relevância para o desenvolvimento do país. Neste cenário, a participação dos discentes da pós-graduação no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes da graduação propicia aos pós-graduandos a qualificação necessária para a docência no ensino superior qualificando também docentes para a educação básica. É preciso garantir também o apoio institucional para o fortalecimento da iniciação científica e das ações de solidariedade entre pós-graduandos e graduandos no desenvolvimento de projetos de pesquisa, promovendo a integração entre esses dois níveis de formação.

Deve-se incentivar a cooperação por meio de parcerias internacionais em ciência e tecnologia, em todas as áreas do conhecimento, propiciando o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação, bem como o intercâmbio de ideias e projetos. Para tanto, recomenda-se a articulação da comunidade acadêmica, incluindo discentes, docentes e técnicos, com centros da produção científica internacionais de reconhecida excelência.

Ações:

- Incentivar a internacionalização dos Programas de Pós-Graduação segundo a política proposta pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e pelo Ministério da Educação (MEC). A Uesb deverá buscar a inserção de seus Programas visando a projeção da pós-graduação nos contextos do nacional e internacional.
- Assegurar a capacitação de técnicos para tratar de funções essenciais para a captação de recursos externos e para o estabelecimento de parcerias interinstitucionais;
- Assegurar suporte técnico e financeiro para os Programas de Pós-Graduação se organizarem em busca dos seus planos e metas específicos, visando a elevação dos conceitos junto a Capes, buscando os níveis de excelência nacional e internacional, bem como a criação de cursos de Doutorado para aqueles programas que possuem cursos de Mestrado;
- Apoiar a gestão estratégica de informações em CT&I produzidas na instituição, garantindo mais rapidez e confiabilidade aos processos de geração de indicadores e relatórios e de avaliação da produção e das expertises da instituição por meio do uso de uma plataforma eletrônica especializada.

4. Política de Extensão Universitária

A Extensão, entendida como um “processo educativo, cultural e científico, que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade”⁷ (BRASIL, 2012, p. 21), é um dos elementos que compõem o tripé da Universidade, fundante no contexto do desenvolvimento regional e que envolve distintas áreas de conhecimento.

No contexto da Uesb, o **diagnóstico atual** evidencia questões como:

- a) pouca articulação com a comunidade local e regional;
- b) baixa visibilidade das ações extensionistas em relação à comunidade em geral (no âmbito da universidade e externamente);
- c) ausência de ações culturais e artísticas no âmbito da Universidade e de espaços permanentes de exposição artísticas e culturais;
- d) inexistência de acompanhamento das ações extensionistas;
- e) precariedade da oferta de serviços de apoio à extensão (em especial, no setor gráfico, por exemplo);
- f) baixo número de propostas que articulem os diferentes cursos de graduação e de pós-graduação da instituição;
- g) ausência de curricularização das propostas de extensão;
- h) inexistência de internacionalização da extensão universitária;
- i) necessidade de maior reconhecimento do papel formativo da extensão no âmbito dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação;
- j) necessidade de inserção efetiva da extensão no campo da gestão de políticas públicas no contexto dos municípios da região de abrangência da Universidade;
- k) necessidade de produção de tecnologias para atendimento, em conjunto com a sociedade, de demandas sociais;
- l) pouca participação dos movimentos sociais e dos setores produtivos.

Apoiados em **diretrizes** como **Dialogicidade, Interdisciplinaridade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante, Impacto e Transformação Social** e considerando os elementos presentes no diagnóstico anterior, apresentamos as seguintes propostas para construção de uma nova política de Extensão no âmbito da Uesb:

- Discutir, com a comunidade acadêmica e externa, a constituição de uma Política de Extensão Universitária vinculada ao PDI e ao PPI da Uesb;
- Discutir, coletivamente, a política de Educação a Distância da Uesb e sua articulação com a extensão universitária;
- Oportunizar, por meio da articulação com os cursos de graduação, a realização de projetos visando ao desenvolvimento de ações culturais e artísticas em distintos contextos sociais;

⁷ Plano Nacional de Extensão Universitária, 2012.

- Apoiar e desenvolver ações culturais, artísticas, esportivas e de lazer no contexto da Universidade e externamente;
- Assegurar, nos três *campi*, espaços permanentes de exposições artísticas e culturais;
- Desenvolver cursos de formação para coordenadores de projetos de extensão, visando construir estratégias de articulação entre ensino e pesquisa, implicados diretamente com sujeitos de distintos espaços sociais (hospitais, escolas, secretarias municipais e estaduais, etc.);
- Discutir com coordenadores de cursos de graduação, diretores de departamento, coordenadores de área e de pós-graduação as possibilidades de curricularização das ações extensionistas, indicando a possibilidade de oferecimento de componentes curriculares obrigatórios;
- Construir e desenvolver projetos com os movimentos sociais, visando atender suas demandas de formação;
- Criar o Fórum de Extensão, assegurando um espaço de diálogo permanente sobre a política de extensão da Universidade, envolvendo diferentes segmentos sociais;
- Realizar encontros internacionais e nacionais sobre extensão universitária, com vistas a socializar distintas experiências nesta área, bem como, conhecer e aprender com propostas desenvolvidas em outros contextos;
- Acompanhar, sistematicamente, ações extensionistas desenvolvidas de maneira esporádica e/ou contínua, de forma presencial e por meio da criação de um sistema informatizado (*software* específico), potencializando o alcance de seus objetivos específicos;
- Modernizar e qualificar equipamentos e serviços oferecidos pela Gráfica Universitária;
- Potencializar a TV e a Rádio Uesb, assegurando um trabalho no campo da Comunicação, vinculado às distintas áreas nas quais a Universidade e a Sociedade desenvolvem ações em colaboração (saúde, educação, esporte, lazer, cultura, arte etc.);
- Atribuir maior visibilidade às ações, projetos, programas, serviços e iniciativas da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, tornando-a uma referência no âmbito da relação Universidade e Sociedade;
- Construir e consolidar o projeto Universidade Aberta à Comunidade, por meio de ações como: a) organização de espaço próprio para apresentações públicas de diferentes manifestações artísticas e culturais (Praça de Culturas ou Praça das Artes); b) inserção da população da Terceira Idade (Melhor Idade) em iniciativas culturais, artísticas, lazer, esporte e também acadêmicas (cursar disciplinas isoladas, por exemplo, em distintos cursos de graduação e de pós-graduação); c) realizar, aos sábados e domingos, distintas atividades extensionistas, tornando o espaço da universidade um *locus* cultural a serviço da população em geral; d) manter aberta as bibliotecas dos três *campi* nos finais de semana; e) Criação de Praça de Esportes e Lazer; f) Potencializar e valorizar, no âmbito da instituição, saberes populares construídos por distintos sujeitos na região de abrangência da Universidade;

- Organizar e construir o Memorial Uesb, no qual se registrará e divulgará, por meio de distintas tecnologias digitais, a história da instituição;
- Construir e realizar, permanentemente, propostas educacionais, envolvendo diferentes manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, para pessoas com deficiências (surdos, cegos etc.). Exemplos: Música, teatro, dança e cinema para pessoas surdas, cegas, etc;
- Assegurar bolsas de extensão para estudantes de graduação, sob orientação de docentes da instituição, visando desenvolver iniciativas extensionistas nas diferentes áreas de conhecimento;
- Discutir com a comunidade acadêmica a validação de saberes elaborados no contexto da extensão e de seus resultados gerados (relatórios, inovações tecnológicas etc.), com vistas a assegurar o direito ao Incentivo Funcional por Produção Científica de profissionais extensionistas;
- Publicar, anualmente, experiências de extensão desenvolvidas pela rede extensionista da Uesb em formato de livros (impresso e/ou *e-book*) e de Revista Eletrônica;
- Constituir uma rede de extensionistas da instituição, visando qualificar e discutir, permanentemente, a melhoria das ações nesta área;
- Estabelecer diálogos permanentes com os setores produtivos, viabilizando ações conjuntas em torno de demandas sociais, a exemplo de iniciativas em torno da economia solidária, das tecnologias sociais etc.
- Discutir formas de distribuição e de captação de recursos financeiros para atendimento às propostas de extensão, considerando o princípio da descentralização horizontalizada;
- Propor editais de extensão, considerando as demandas sociais existentes na região de abrangência da universidade, assim como a articulação entre ensino-pesquisa;
- Discutir a gestão de políticas públicas vinculadas às áreas de atuação da extensão universitária, envolvendo gestores(as) de diferentes instâncias (governo federal, Secretarias do Estado e municípios), visando construir experiências de trabalho conjunto no campo extensionista;
- Realizar, sistematicamente, a avaliação das ações de extensão universitária, envolvendo os setores da Uesb, departamentos e comunidade externa, assegurando, portanto, monitoramento e avaliação de todas as ações extensionistas.

Além das ações propostas anteriormente, discutiremos, com todos os setores envolvidos na Extensão Universitária, a construção de uma política de extensão da Uesb, organicamente refletida e sistematizada, tendo como ponto de partida um diagnóstico específico de cada setor em relação a seus desafios contemporâneos e às possibilidades de melhoria dos referidos espaços, visando atender às demandas sociais provocadas pela sociedade, assim como, aquelas oriundas de docentes, técnico-administrativos e estudantes da Uesb.

5. Política de Acesso, Permanência Estudantil e Ações Afirmativas

A histórica luta pela democratização social das instituições educativas em nosso país, fundamentada no preceito constitucional da equiparação de oportunidades como condição efetiva da cidadania, resultou na construção de políticas nacionais e estaduais mais inclusivas, visando assegurar direitos a grupos sociais historicamente excluídos e marginalizados. Nesta perspectiva, muitas Universidades públicas brasileiras elaboraram suas Políticas Estudantis e Políticas de Ações Afirmativas.

Políticas Estudantis Universitárias orientadas pelos princípios filosóficos da educação inclusiva reconhecem os discentes como atores sociais imprescindíveis, considerando seus múltiplos saberes, valores e necessidades individuais, bem como suas vivências políticas, culturais e pedagógicas. Isso implica no respeito e atendimento às especificidades de todos os graduandos, com e sem necessidades educacionais especiais, (NEE)⁸ que adentram a Instituição.

Sem esquecer a estrutura de classes da sociedade brasileira, os movimentos sociais assumiram o protagonismo de colocar na pauta da sociedade civil organizada e dos políticos, a necessária centralidade e urgência do Estado intervir com ações voltadas para as populações negras, em busca de sanar desníveis tão gritantes de acesso à educação superior. Tal atitude alerta e estimula outros movimentos de grupos historicamente excluídos a aderirem ao princípio das ações afirmativas.

Em sua luta por igualdade e justiça, os movimentos negros se fundamentaram em documentos, tratados e eventos internacionais, a exemplo da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, de 1948 que reafirma a supremacia dos direitos da pessoa humana ante qualquer jogo de interesse que possa impedir seu pleno desenvolvimento social, cultural e psíquico; da *Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação*; da *Convenção relativa à luta contra as Discriminações no Campo da Educação*, de 1960, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; do *Ano Internacional de Ações para Combater o Racismo e a Discriminação Racial*, de 1971, em que os Estados membros da Assembleia Geral da ONU se comprometeram com o combate efetivo do racismo e a discriminação, e da *Conferência Mundial Contra o Racismo*, de 2001, que teve por objetivo principal fazer com que os Estados estabelecessem medidas e estratégias práticas de combate ao racismo para se atingir a igualdade a partir de políticas de discriminação positiva: as ações afirmativas.

Observa-se que as políticas de Ações Afirmativas, das quais as cotas são uma de suas faces, têm profundas raízes históricas e filosóficas. Representam um novo comprometimento ético e moral das nações do mundo, evidenciado em diversos Tratados e Convenções internacionais, contra todas as formas de racismo, de discriminação, e em

⁸ Neste documento o uso do termo “alunos com necessidades educacionais especiais” refere-se ao público alvo da atual Política Nacional de Educação Especial, ou seja pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades e superdotação.

favor das políticas de discriminação positiva. São necessárias porque, em pleno século 21, as exclusões atingem grupos específicos, em uma sociedade cujo capitalismo não tem escrúpulos em demarcar, rotular e fazer perecer pessoas, não apenas pelo fato de serem trabalhadores, mas, por serem negr@s, mulheres, habitantes originários da terra – indígenas –, LGBT, ou pessoas com NEE.

Na Uesb, entretanto, na contramão de conquistas históricas, seus dirigentes afirmam desenvolver políticas de Ações Afirmativas, mas centradas unicamente na tentativa de garantir o acesso de jovens ao ensino superior. A incipiente política de assistência estudantil é resultado da pressão e de movimentos externos, que obrigam a instituição a atender as novas demandas sociais, e não resultado de seu próprio planejamento.

Em nossa Universidade, as políticas para discentes são de caráter eminentemente assistencial, descentralizadas e sem um eixo estruturante: os recursos e a estrutura necessários para implementação desta política se encontram pulverizados, seja na Proex, com a Gerência de Assuntos Estudantis, seja na Prograd, com o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (Naipd) ou no próprio Gabinete da Reitoria, que também gere recursos e ações destinadas à assistência estudantil. Isso resulta num conjunto de ações desarticuladas, voltadas para o atendimento de demandas emergenciais. Não há planejamento, nem definição de metas ou prioridades na política adotada pela atual gestão. Faltam também transparência e especificação da dotação orçamentária. O reducionismo da proposta oficial evidencia-se na confusão hoje existente entre política de acesso e permanência estudantil (cotas) e as políticas de ações afirmativas mais amplas.

No que se refere aos graduandos com NEE, não há uma efetiva política de inclusão educacional em nossa instituição. Os pequenos avanços dos últimos 16 anos são resultado de intervenções isoladas, como as pontuais adequações da estrutura física e algumas ações realizadas pelos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência (Naipd) da Uesb. O aumento gradativo da quantidade destes discentes, em diversos cursos, tem evidenciado contradições do sistema educacional brasileiro, mas também espelham limitações no modelo adotado pela atual gestão da Uesb, uma vez que:

- a) permanece a insuficiência de especialistas e falta de recursos materiais para atendimento das necessidades pedagógicas dos educandos com NEE;
- b) o acompanhamento da vida acadêmica destes educandos é irregular e assistemático;
- c) os Núcleos dos três *campi* possuem recursos, estrutura, organização e modelo de funcionamentos diferentes e desiguais;
- d) não há articulação do Naipd Conquista e Naipd Itapetinga com o trabalho desenvolvido por pesquisadores da Universidade;
- e) precárias são as iniciativas para promover formação continuada para o trabalho de docentes e funcionários com a diversidade;
- f) falta investimento em campanhas ou programas que objetivem a superação de barreiras atitudinais;

- g) são precárias as condições de acessibilidade arquitetônica, urbanística, cultural, de comunicação e sinalização da Uesb, além da falta de planejamento para superação destas barreiras.

O resultado das limitações, ausência e precariedade das políticas acima descritas tem sido a crescente evasão, a falta do sentimento de pertencimento por parte de alunos, professores e funcionários, e a diminuição significativa do número de jovens interessados nos cursos da instituição.

De modo distinto, defendemos que a Uesb construa uma Política de Ações Afirmativas onde as ações, planejadas internamente, mais do que acompanhar as mudanças na sociedade mais ampla, convide esta sociedade e com ela proponha soluções a partir da realidade institucional e contextual. Uma política com mecanismos estruturados e estratégias para eliminar desigualdades e promover a equidade de oportunidades no interior dos três segmentos que a compõem: estudantes, professores e professoras e técnico-administrativos.

Para os estudantes, nossa proposta de gestão sustenta-se nos princípios da democratização do acesso e garantia da permanência, na graduação ou na pós-graduação. É orientada por uma perspectiva inclusiva e não assistencialista, apontando para a necessidade de reconhecimento de direitos dos grupos historicamente excluídos e para a superação das barreiras intrínsecas ou extrínsecas aos alunos que impedem sua participação plena, socialização e seu sucesso acadêmico na Instituição.

Entendemos que uma política para o Acesso e a Permanência de estudantes na Uesb deve ser construída em articulação com as representações discentes, Departamentos e outras instâncias deliberativas. Entretanto, como ponto de partida propomos os seguintes eixos estratégicos:

- **Criação de uma Pró-Reitoria de Acesso, Permanência e Ações Afirmativas**, que congregue e articule todas as ações voltadas para os estudantes da graduação e da pós-graduação da Universidade, potencializando os recursos advindos de diferentes fontes e destinados a esse fim, bem como discuta e articule as políticas transversais de ações afirmativas relativas às demais categorias no interior da Universidade, sempre em diálogo com suas instâncias representativas.
- **Avaliação dos 10 (dez) anos de política de reserva de vagas e cotas adicionais** para ingresso no Ensino Superior, em articulação com as representações estudantis.
- **Aperfeiçoamento, acompanhamento e avaliação permanente da política de reserva de vagas, cotas adicionais e inclusão educacional de graduandos com NEE**, destinando recursos específicos para estes segmentos.

- **Construção de indicadores e realização de um diagnóstico das dificuldades internas e externas enfrentadas por nossos estudantes**, com e sem NEE, para realizarem seus cursos no tempo previsto e elaboração de uma política com metas e planos de ação, em articulação com as representações estudantis, Departamentos e as outras Pró-Reitorias, enfrentando assim o problema da evasão e retenção.
- **Construção de uma política de formação permanente para a convivência e o trabalho com a diversidade.**
Formação docente: produção de cadernos acessíveis, em vários formatos, com orientações para docentes sobre as NEE, questões de gênero, étnico-raciais, orientação sexual, etc.; reuniões sistemáticas com Colegiados e professores para estudos de caso; parcerias interinstitucionais para cursos e oficinas; cursos de extensão; curso de Especialização em Educação Especial/ou Acessibilidade Cultural.
Formação do corpo funcional: capacitação sobre inclusão educacional e para o atendimento e encaminhamento sobre os direitos dos grupos sociais assistidos pelas políticas de acesso, permanência e ações afirmativas.
Formação da comunidade interna e externa: para superação de barreiras atitudinais relacionadas às com pessoas com NEE, negras, quilombolas, indígenas; mulheres e população LGBT; campanhas de sensibilização; workshops; cartazes / banners e cartilhas; propagandas em rádio e TV; programas de formação: Rádio e TV Uesb; apoio a projetos de extensão das entidades representativas dos diversos segmentos; parcerias Interinstitucionais.
- **Identificar e mapear as principais fontes de recursos financeiros junto ao Estado**, governo federal e entes privados, voltados à promoção do acesso, da permanência e da inclusão educacional no ensino superior. Elaborar uma política de apoio mínimo e universal, ou seja, para todos os estudantes da Universidade. Neste caso devem ser consideradas as prioridades e vulnerabilidades.

Diante das demandas discentes já identificadas no processo da Estatuinte, a Uesb precisa desenvolver uma política de humanização dos seus espaços, assegurando o acesso e a permanência estudantil com conforto, segurança, bem estar e satisfação. Nesta perspectiva propomos:

- **Uma política de acolhimento ao aluno.** Que se inicie no **Vestibular**, com maior precisão na definição do público alvo das políticas de reservas de vagas e cotas adicionais, além de melhoria das condições de acessibilidade, passe pela **Matrícula na Secretaria Geral de Cursos** quando se deve: a) atualizar os dados apresentados na inscrição do vestibular e efetivar o registro do perfil de aluno (com ou sem NEE; condição econômica, social, étnica, origem escolar; etc.); b) assegurar ao discente calouro informações sobre políticas de acesso e permanência, ações afirmativas, sobre setores e serviços da Universidade, além de orientar procedimentos, através da distribuição de material informativo acessível na primeira semana de aula; c) notificar aos colegiados dos cursos, aos

docentes e ao Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (Naipd), o perfil de alunos ativos e inativos, continue com a **Matrícula no Colegiado**, quando é necessário oferecer orientações e material informativo acessível sobre o curso, os grupos de pesquisa/professores responsáveis, uso do site, órgãos e instâncias deliberativas da instituição, programas de apoio pedagógico etc. e que alcance, enfim, a **Sala de Aula**, onde é preciso construir estratégias para superação de barreiras atitudinais e disponibilizar profissionais e recursos da educação especial.

Vale destacar que a juventude oriunda das escolas públicas, que adentra à Universidade através da política adotada, precisa permanecer na instituição a maior parte do tempo diário e enfrenta vários desafios. Por isso é necessário enfatizar seus direitos no espaço universitário, entre os quais alimentação, esporte, cultura e lazer, e traçar estratégias para assegurá-los e apreender uma nova cultura, a acadêmica.

- **Construção do projeto de acessibilidade**

Acessibilidade Urbanística, em especial os Transportes.

Acessibilidade Arquitetônica.

Acessibilidade Comunicacional.

Acessibilidade Cultural.

Acessibilidade Curricular.

- **Reestruturação de serviços e núcleos de atendimento existentes**

Alimentação

- a) aprimorar a política de alimentação estudantil da Universidade tendo como perspectiva a criação de um sistema de Restaurantes Universitários nos três *campi*, capaz de atender discentes e docentes;
- b) assegurar, no processo de licitação e estabelecimento contratual com as empresas prestadoras de serviços nesta área, que a qualidade da alimentação será avaliada também por um Conselho de Fiscalização e acompanhamento da própria Universidade, formado por técnicos e representantes dos três segmentos, que emitirá periodicamente seu parecer, podendo ser motivo de rescisão contratual ou inabilitação da empresa para novas licitações, sem ônus para a UESB.

Segurança

Planejar e executar projeto de iluminação elétrica das salas e espaços externos dos três *campi*, oferecendo segurança aos discentes e incentivando-os a permanecerem satisfeitos na instituição no horário noturno.

Saúde

- a) Implementar programas de prevenção, diagnóstico e cuidados psicossociais especificamente voltadas para o corpo discentes;
- b) criar um centro de apoio a saúde estudantil.

Moradia

- a) construção de um complexo de residências universitárias dignas, acessíveis, que ofereça condições de estudo e espaços de convivência coletiva, sendo admissível a adoção da política transitória de bolsa moradia;
- b) assegurar o direito da pessoa com deficiência ter a presença do seu atendente pessoal ou acompanhante que desempenha esta função, residindo no mesmo cômodo que o seu na moradia estudantil.

- **Atenção às pessoas com necessidades educacionais especiais.**

Restrução dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão da UESB (NAIPD)
Política de Tutoria por Pares
Projeto de Biblioteca Acessível

- **Construção de novas políticas para as áreas de cultura convivência, esporte e lazer**

Desenvolver programas de incentivo à produção cultural dos estudantes Promover campanhas permanentes de combate aos preconceitos de gênero, étnico-raciais, geracionais, pessoas com deficiência, além de todo tipo de assédio; Promover uma política de humanização dos espaços da instituição, assegurando condições de acesso e de permanência dos graduandos, com conforto, segurança, bem estar e satisfação;

Criação de espaços de convivência e estímulo as iniciativas que contribuam para a produção de conhecimentos, a difusão de atitudes, posturas e valores dedicados ao desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva;

Elaborar uma política de incentivo a prática de esportes nos três *campi*.

- **Estender a promoção das ações afirmativas a todas as categorias**

Entendemos que uma Política de Ações Afirmativas na instituição precisa contemplar os discentes, mas não se restringe a estes atores sociais. Isto significa a democrática representação de todos os segmentos da sociedade nos diferentes espaços e setores que compõem a estrutura das instituições públicas, promovendo, de modo indistinto, a possibilidade de acesso (via concurso público e vestibular/ENEN), e a permanência das diversidades que nos constituem, sejam elas étnicas, raciais, culturais, de gênero, geracional, territorial e tantas outras. Este é o quadro que deve compor o interior da nossa Universidade. Deste modo, indicamos a transversalidade das ações afirmativas para todas as instâncias universitárias, como uma política permanente de promoção da igualdade, da inclusão e da justiça social que deve ser devidamente acompanhada, avaliada e promovida pelos gestores públicos em constante diálogo com a sociedade mais ampla e os segmentos internos da instituição.

6. Política de Valorização e Formação Humana

O mundo contemporâneo tem levando a uma situação paradoxal. Quanto mais se avança no reconhecimento das pessoas como fator fundamental para o desenvolvimento das

organizações, mais se deteriora as relações no mundo do trabalho. Percebe-se que a primazia das políticas econômicas sobre as sociais tem precarizado as relações de trabalho, com perda do sentido, da dignidade, aumento dos casos de assédio, falta de valorização e adoecimento das pessoas.

Nossa Uesb, apesar de ser uma organização centrada no conhecimento, não passa livre deste processo. Há um sentimento de desprestígio por parte dos servidores da instituição, em todas as categorias. Tanto docentes quanto analistas e técnicos universitários sofrem com o desrespeito e a precarização das condições de trabalho. Nossa proposta de Valorização e Formação Humana é voltada para os docentes e os servidores técnico-administrativos, pois ambos são responsáveis pela renovação e construção da Universidade.

Uma política de pessoal compatível com a dignidade universitária deve estar alicerçada no respeito humano, e no estímulo e valorização das atividades de aprimoramento pessoal e profissional.

Nosso compromisso é de valorizar a todas as pessoas que, independente de seus vínculos, trabalham e colaboram para a consolidação da Uesb. Um plano de gestão deve se comprometer com uma política de pessoal que assegure aos servidores, docentes e técnicos, serem partícipes na construção da Instituição, na perspectiva de uma defesa constante das suas reivindicações por melhores salários, condições adequadas de trabalho, planos de carreira e valorização das categorias.

Muito além das políticas de treinamento e desenvolvimento, defendemos uma política de Educação no Trabalho que aprimore todas as dimensões humanas. É necessária uma política ousada e contínua de educação, capacitação e qualificação, em cursos de graduação e em todos os níveis de pós-graduação. Tais benefícios não se constituem em qualquer favor aos docentes e aos servidores técnico-administrativos, pois representam uma conquista histórica das categorias, além de servir para qualificar o desempenho institucional da Uesb.

Em relação ao preenchimento de cargos administrativos e acadêmicos, a proposta de gestão busca valorizar o potencial de recursos humanos, respeitando critérios de competência, formação profissional e adequação das competências às especificidades de cada função.

É necessário priorizar, incessantemente, a realização de concurso público para ampliação do número de docentes e servidores técnicos administrativos efetivos, bem como a ampliação do quadro de cargos, em quantidade compatível com as demandas atuais da Uesb. A proposta da gestão visa promover uma maior participação das categorias nos processos decisórios, bem como promover reuniões periódicas com os servidores e com os *campi*.

No processo de humanização da Uesb é fundamental o aprimoramento das políticas de saúde e segurança no trabalho. A garantia de saúde no trabalho está baseada no respeito à preservação da qualidade de vida do trabalhador, considerando sua saúde física, mental e social. Aprimorar as medidas de segurança diz respeito a projetos que melhorem as instalações, para que não apresentem riscos de acidentes; a orientação sobre os procedimentos adotados para impedir situações de risco; a indicação de práticas seguras, como metodologias mais adequadas e os equipamentos de proteção necessários para cada atividade, com a adoção do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa)

A avaliação é outro aspecto relevante demandado pela comunidade acadêmica. Nossa proposta está baseada na redefinição dos processos de avaliação de todas as categorias, como um processo global de acompanhamento contínuo, participativo e não punitivo. Articulado com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), a redefinição dos processos de avaliação deve ser participativa e amplamente debatida com a comunidade. Tal redefinição já foi solicitada pelo Consepe, quando instituiu uma comissão para reformular as propostas de avaliação docente, ainda sem resultados. Precisamos aplicar métodos de avaliação de desempenho e do estágio probatório de professores, analistas e técnicos universitários, para buscar o crescimento da UESB.

O projeto de gestão do Renova Uesb reconhece como legítimas as demandas e reivindicações dos professores e técnicos e se compromete a adotar políticas internas que possam resgatar a dignidade das pessoas na universidade. A humanização da UESB é compromisso prioritário desta proposta. Comprometemo-nos com a construção de uma agenda ativa, que comporte uma articulação com o movimento sindical e fortaleça a legitimidade de suas cobranças e reivindicações frente aos órgãos do governo do Estado.

Ações Estratégicas:

- Respeito humano e profissional a todas as categorias da Uesb.
- Rever a política de Gestão de Pessoas da Instituição de forma participativa e ampliada.
- Realizar reuniões abertas aos servidores para que todos possam contribuir com a gestão da universidade e colaborar com o seu crescimento, reforçando, os princípios democráticos e de participação nos rumos da Instituição.
- Respeitar a autonomia e independência do movimento sindical.
- Lutar pela realização de concurso público.
- Lutar pela ampliação dos cargos de acordo com as demandas atuais.
- Respeitar as políticas de ações afirmativas na contratação de servidores da UESB.
- Criar programas de acolhimento aos novos professores e servidores técnicos;
- Alocar os servidores em áreas afins com a sua formação, respeitando uma política de gestão por competências.
- Rever os critérios para estabelecimentos dos contratos com empresas de terceirização.
- Implementar e aperfeiçoar os programas de educação continuada e permanente.

- Promover uma política de qualificação associada com a política de desenvolvimento institucional.
- Propiciar aos docentes, analistas e técnicos administrativos condições de participação nos programas de formação da UESB.
- Melhorar as condições de trabalho, a partir da modernização da infraestrutura e dos processos da Universidade.
- Lutar pela efetivação dos processos de promoção e progressão na carreira.
- Lutar pelo aperfeiçoamento dos Planos de Cargos e Salários, no sentido de promover o desenvolvimento das carreiras com alinhamento de políticas remuneratórias.
- Criar programas de Atenção à Saúde e Segurança no Trabalho, com a adoção do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa).
- Criar programas de qualidade de vida e humanização no trabalho, considerando sua saúde física, mental e social.
- Centrar esforços no aperfeiçoamento do apoio psicológico e social.
- Defender a criação e fortalecimento das creches, como direito e necessidade das categorias, e promover sua articulação com as áreas acadêmicas da Instituição.
- Rever espaços e condições de infraestrutura para que docente e técnicos administrativos permaneçam e sintam-se valorizados na instituição, criando um verdadeiro ambiente universitário na Uesb.
- Promover ações de integração cultural e artística com os servidores, articuladas com o programa de extensão universitária.
- Instituir e aperfeiçoar os programas de avaliação integral dos docentes e servidores técnicos administrativos, de forma participativa, revendo as práticas de acompanhamento do estágio probatório e do desempenho das atividades acadêmicas e administrativas.
- Desenvolver uma política educativa de combate ao assédio, moral e sexual, ao racismo, à homofobia e de todas as formas de opressão às pessoas.

7. Política de Internacionalização

A internacionalização, o cosmopolitismo, a cultural universal não é uma escolha, é um fim, objetivo e princípio intrínseco de qualquer instituição universitária. A própria ideia de universidade, desde seus primórdios na Idade Média remete ao diálogo com o todo da humanidade. O princípio de formação pela Ciência, proposto no idealismo alemão, defendia a busca do absoluto (Filosofia) a partir das particularidades (Ciências). Na contemporaneidade, com o fenômeno da globalização e da mundialização da cultura, na crescente interação e transformação na dinâmica do comércio internacional, da sociedade da informação e do conhecimento, o saber passa a ser cada dia mais uma moeda determinante do poder dos Estados e da fronteira econômica. A divisão social do trabalho atualmente é entre quem produz e quem consome conhecimento, quem produz estratégias que possam

gerar frutos positivos, para a competitividade existente no mercado econômico, social, cultural e científico.

A internacionalização é um processo dinâmico, uma *praxis* e não o conjunto de ações ou atividades isoladas, referindo-se, portanto, às três funções essenciais da Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Os atores principais nesse processo são a equipe administrativa, equipe acadêmica (docentes e discentes), agências de fomento, organismos internacionais, governos nacionais e estrangeiros, dentre outros. Certamente, a gestão institucional é peça-chave no processo por ser capaz de migrar entre os diferentes níveis e contatar diferentes setores na tentativa de firmar colaborações produtivas.

Na Uesb, a política de internacionalização foi criada em 2014, mas para fins meramente de intercâmbio, como o próprio texto abaixo, retirado da *home page* da Universidade, se refere.

Uma das atividades do movimento de internacionalização é o programa de intercâmbio, o qual na Uesb está em fase de estruturação e a Assessoria de Intercâmbio Internacional é responsável por suscitar discussões em relação a Política de Intercâmbio, bem como desenvolver atividades de tramitação e acompanhamento de projetos e convênios na modalidade Acordos de Cooperação.

Ademais, a missão desse programa seria a de

inserir a Uesb no cenário internacional, para que se fortaleça a interação com instituições do exterior, enquanto espaço específico para intermediar as relações da Uesb com outras instituições universitárias fora do país. A Assessoria de Intercâmbio Internacional (ASI) vem somando esforços estratégicos voltados à indução da internacionalização, trabalhando na execução das ações de extensão que viabilizem a cooperação internacional nos Programas de Mobilidade Acadêmica, sendo também responsável pelo processo de candidaturas, inscrição e seleção dos alunos, bem como pela acolhida de estudantes internacionais e nacionais na Uesb.

As áreas de atuação da ASI são a construção de parcerias de qualidade com instituições nacionais e estrangeiras; captação, implementação e acompanhamento de acordos, convênios e programas interuniversitários nacionais e internacionais; gerenciamento de programas de intercâmbio internacional, nos quais a Uesb se encontra inserida; divulgação de oportunidades acadêmicas internacionais junto à comunidade interna da Uesb.

Importante salientar que internacionalizar não é apenas permitir que alunos migrem de uma universidade para outra e mantenham contato com uma cultura diferente, mas é um conceito muito mais amplo que não tem sido aplicado dentro da Instituição ao longo dos anos. Nesse contexto, faz-se necessário a construção de duas frentes bem definidas para consolidar a internacionalização como um princípio da Uesb. Um primeiro é o fomento a uma práxis cultural cosmopolita. Outra é de ordem administrativa para que haja o fortalecimento de uma política de indução à internacionalização da comunidade acadêmica de maneira geral.

Potencial de internacionalização instalado. A primeira ação deve ser verificar o potencial de internacionalização já instalado na UESB.

- Redes acadêmicas: envolve identificar as instituições em que seus professores desenvolveram cursos de doutorado e mestrado. Em quais países e em quais universidades? Trata-se de aproveitar uma rede de colaboração já instalada.
- Redes de pesquisa: verificar quais redes de pesquisas já estão em atividade. Por exemplo, no curso de Química, a principal rede é com a UFBA e a UFV. Essas redes já ativas podem se constituir em alavancas para a internacionalização.
- Otimização do trabalho. Verificar junto aos professores com domínio e proficiência em língua estrangeira para compor comissões de trabalho. Na Uesb, hoje, há docentes com pesquisas de doutorado defendidas em universidade de Genebra, Lisboa, Estados Unidos etc. Isso precisa ser conhecido para otimizar o processo de intercâmbio e parceria.

Política de internacionalização

- Agências de Fomento. Potencializar a conexão da Uesb com a Fapesb a fim de se criar ferramentas para fins de internacionalização.
- Políticas de indução: Construir uma política de indução nos projetos de pesquisa e extensão para constar a convivialidade de outros pesquisadores nacionais e internacionais.
- Avaliação. Usar a internacionalização como um critério de avaliação institucional, de avaliação de projetos de pesquisa e extensão, de grupos de pesquisa e programas de pós-graduação.
- ASI. Fortalecer a Assessoria de Intercâmbio Internacional (ASI) já existente, mas dar-lhe uma conotação mais ampla do que atual, excessivamente restrita ao estabelecimento de intercâmbios.

Políticas de indução à praxis intelectual cosmopolita: consolidar a cidade científica

- Site da Uesb: Reorganizar a *home page* da Uesb para três idiomas; inserir uma página para as produções intelectuais dos professores.
- Bolsa de estudos internacionais: Apoiar os docentes em pós-doutoramento no exterior com bolsas de estudo.
- Proficiência: Apoiar os docentes e discentes na realização de provas de proficiência em outra língua (TOEFL, IELTS, etc), quando for o caso, para fins de obtenção de visto de estudo no exterior.
- Tradução de textos: Lançar um programa para tradução de textos em Inglês, francês, espanhol para fins de publicação
- Eventos internacionais: Priorizar ajuda de custos para eventos internacionais. E incentivando o auxílio de incentivo de produção científica para eventos internacionais

- Taxa de publicação: Criar um programa de apoio a pagamento de taxas de publicação com recursos institucionais ou angariados junto ao órgão de fomento estadual
- Cursos livres. Curso livre de inglês (leitura e conversação) para a comunidade de professores e discentes

8. Política de Comunicação e Informação

Veículos de comunicação ligados a instituições públicas de ensino, devem atuar de acordo com as diretrizes emanadas da própria instituição à qual é representante e ter, assim, uma diretriz que satisfaça a razão de existência.

Assim sendo, as atuações dos veículos, além de serem complementares, devem ter como premissa a **formação e a informação do seu público**. Agindo desta forma, visto que a atuação dos veículos afetará o cotidiano do seu público e influenciará a vida, necessário se faz uma adequação de sua grade de programação, suas pautas jornalísticas, sua atuação cultural, seu entretenimento e até a locução de seus programas para que venham corroborar com sua razão de existência e o fortalecimento da cidadania por atuar ao lado dos interesses e demandas emanados do seu público.

Este tipo de atuação distingue-se diametralmente da mídia comercial/tradicional e são uma alternativa ao que normalmente se vê nos veículos tradicionais que não trabalham voltados para o interesse público, nem estão preocupados com a educação, a formação e a correta informação da coletividade e, muito menos, com o incentivo para que seu público busque e participe da resolução dos seus próprios problemas e demandas.

A Uesb dispõe de uma importante rede veículos de comunicação, entre os quais podem ser destacados a rádio Uesb FM e a TV Uesb.

No que pese a boa audiência da Uesb FM, sua atuação não contempla as características acima elencadas. Hoje, são tênues as linhas que distinguem a Uesb FM de uma rádio comercial comum.

Embora tenha à sua disposição, na Uesb, profissionais que possam contribuir com uma pauta jornalística, cultural, musical e de entretenimento, a grade de programação e as pautas jornalísticas seguem um padrão presente nas rádios existentes na cidade. Não há sequer uma programação direcionada para a formação acadêmica do seu principal público, os jovens estudantes.

Já a TV Uesb não dispõe de uma audiência comparável à da rádio. Tem uma programação que não é vista por ninguém, quer seja pela insignificância de sua pauta jornalística, quer seja pela pobreza de conteúdo na grande de programação ou pela deficiência na

propagação do seu sinal. Boa parte da população da cidade, dentre uma minoria que sabe da existência da TV Uesb, não consegue sintonizar a TV.

Com relação à Ascom (Assessoria de Comunicação), a mesma demanda uma atuação voltada para ser um veículo de comunicação da instituição Uesb e não uma assessoria da Reitoria. A reitoria deve ter um assessor de comunicação próprio que também tem espaço igualmente para a divulgação dos conteúdos de interesse da gestão.

Por outro lado, a rádio, a televisão e a assessoria tem servido como campo de estágio para os alunos do curso de Comunicação e contribuído com a formação dos futuros jornalistas, ao possibilitar o exercício da prática em telejornalismo, radiojornalismo, e comunicação institucional. Assim, possibilita aos alunos uma prática profissional ainda dentro do âmbito acadêmico, aprimorando em sua prática cotidiana os conceitos e experiências aprendidos em salas de aula e nas oficinas. Os alunos são orientados por radialistas ou jornalistas vinculados ao Surte e não ao curso de Comunicação. As experiências diretas de professores do curso na produção e emissão de programas pela rádio ou televisão ocorrem de forma episódica, embora os coordenadores da rádio e da televisão não coloquem empecilhos à produção e veiculação de programas produzidos por professores do curso de Comunicação ou de outros cursos.

Em tese, a orientação geral do funcionamento e estruturação do Surte é regulamentada pelo Conselho Deliberativo do Surte, instância criada por solicitação do Colegiado de Comunicação e acatada pela direção do Surte e pela Reitoria. Deste Conselho devem emanar as orientações que regulam a produção dos programas televisivos e radiofônicos e demais formatos audiovisuais.

Pesquisas realizadas por professores da Uesb e por profissionais do mercado publicitário indicam que a Rádio Uesb é a emissora mais ouvida na cidade, enquanto a TV Uesb tem pouquíssima audiência, devido notadamente a problemas de transmissão do sinal. A TV Uesb já chegou a produzir cinco programas semanais, além de dois noticiários diários de 30 minutos. Esta grande quantidade de produção não pode ser aferida adequadamente, devido à baixa qualidade do sinal irradiado e ao pouco retorno por parte dos telespectadores. O processo de digitalização da emissão do sinal, obrigatório para todas as emissoras de televisão brasileiras, vai envolver a TV Uesb. Mas, além da digitalização do sinal, processo tanto mais caro quanto maior for a potência irradiada, deverá ser dada ênfase ao processo de transmissão via internet: a adaptação da TV Uesb para atuação via streaming, como uma WebTV. E a Rádio Uesb também ser captada como Web Rádio. Esta é a tendência do momento atual em que o modo de assistir rádio e/ou televisão não está necessariamente ligado ao aparelho de televisão ou ao rádio, mas a uma gama de outras telas e sonoridades disponíveis em outros suportes tecnológicos.

Uma problemática que se percebe tanto na Rádio Uesb quanto na TV Uesb tem origem em suas trajetórias. Primeiro veio a concessão para uma emissora de televisão educativa, o que causou preocupação nas emissoras comerciais sediadas na cidade, devido à

possibilidade de concorrência, pois iria produzir seus programas e o restante da grade de programação seria a retransmissão da programação da TV Educativa da Bahia, que por sua vez reproduz a TV Brasil. O programa jornalístico, que deveria ser o grande motivador da audiência, pelo suposto diferencial que deveria abordar no tratamento das notícias locais, acabou se revelando mais do mesmo, uma cópia do telejornalismo praticado pelas outras emissoras locais ou regionais. Além de descaracterizar o viés educativo que a emissora deveria ter, não conseguiu alavancar a audiência como se pretendia, porque a linguagem do rádio é muito diferente da linguagem da televisão e o que funciona em um veículo necessariamente não vai funcionar em outro, muito pelo contrário.

Este mesmo problema de copiar o modelo comercial se encontra na origem da rádio educadora da Uesb, a começar pela marca comercial que foi apegada à emissora: Rádio Uesb FM. A proposta e a grade de programação foram feitas por um radialista, que passou a apresentar o programa jornalístico veiculado das 12 às 13 horas, do mesmíssimo modo que outra emissora de rádio fazia (aquela que forneceu o apresentador da TV Uesb): a personalização do programa a partir da locução de seu apresentador, que comandava o espetáculo midiático. Mais uma vez o mal se encontrou na origem e se disseminou no restante da programação. Os locutores dos programas musicais continuam com as mesmas falas, os mesmos apelos que são feitos pelos locutores das rádios comerciais; buscam uma certa intimidade com o ouvinte a partir de sua subjetividade, estratégia que não é contemplada em emissoras que se pretendam educativas. Os programas noticiosos radiojornalísticos conseguiram algum diferencial, mas ainda falta imprimir uma orientação que indique como deve funcionar, a linguagem que deve utilizar, os temas e a suas abordagens, norteadores de uma rádio educativa, balizada por princípios do jornalismo cívico e comunitário.

9. Política de Qualidade, Monitoramento e Avaliação Universitária

Não se concebe um programa de gestão, em especial um programa de gestão a ser aplicado a uma instituição que é sustentada com recursos públicos, sem que tal programa se assente em dados qualitativos que reflitam a capacidade da instituição em atender a seus objetivos e a sua missão.

Em todo o cenário do ensino superior país, o uso de indicativos de qualidade, sob a forma de índices, rankings, classificações, é uma prática corrente de avaliação das instituições universitárias. Os indicativos de qualidade autorizam – ou não – o reconhecimento dos cursos de graduação, e a consequente emissão dos diplomas dos cursos de graduação. Também são indicadores de qualidade que sustentam as possibilidades e potencialidades dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no país.

Porém, avaliação de qualidade não é apenas externa e nem se resume a rankings e índices. Avaliar é parte essencial do trabalho de gestão. E as práticas e os critérios de avaliação permitem amplas possibilidades de análise das ações universitárias.

Na Uesb, no entanto, se verifica uma total falta de sintonia com as práticas de gestão universitária vinculadas ao monitoramento das atividades acadêmicas. A Universidade não acompanha os índices de avaliação externa de seus cursos de graduação – salvo em raras ocasiões em que tais índices oportunizam ações meramente propagandísticas. Resultados de avaliações elaboradas pelo Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) ou pelo CEE (Conselho Estadual de Educação da Bahia) não ensejam qualquer ação administrativa da Reitoria no sentido de alavancar a qualidade de seus cursos de graduação.

Por outro lado, a administração atual da Universidade também não estimula qualquer prática auto-avaliativa na instituição. A Comissão Própria de Avaliação (que é uma instância de avaliação obrigatória nas universidades brasileiras) atua totalmente à margem das decisões administrativas. Seus relatórios, dos quais não se verifica periodicidade sistemática, não são levados em conta na aplicação dos recursos orçamentários da instituição. Não existe nenhum estímulo para que os cursos de graduação, além da avaliação externa pelo Sinaes e pelo CEE, elaborem seus próprios instrumentos de auto-avaliação e, assim, monitorem a qualidade de suas ações.

Em tal quadro, o avanço da qualidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na Uesb acaba sendo tributário apenas da dedicação voluntária de seus docentes, discentes e técnicos.

O estabelecimento de uma nova cultura acadêmica na Uesb impõe, ou, noutros termos, torna absolutamente necessário, o uso sistemático de critérios de monitoramento e acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na instituição.

Apesar de dispor de orçamentos limitados, a Universidade é responsável pela alocação dos seus recursos, e tal alocação deve levar em conta o diagnóstico das ações efetivadas e a implantação de políticas que assegurem e qualifiquem suas práticas de ensino (que supõe diminuição ao máximo dos índices de evasão e retenção estudantil, além do acompanhamento das avaliações de qualidade realizadas pelos órgãos competentes), de pesquisa (que supõe a efetividade das ações de pesquisa e sua capacidade em agregar docentes e discentes em redes de pesquisa e em produzir resultados acadêmicos concretos, na forma de trabalhos publicados ou apresentados em congressos científicos) e de extensão (no acompanhamento dos resultados alcançados pelas ações extensionistas, de forma a subsidiar políticas específicas de fomento a tais práticas).

Assim, o que propomos, essencialmente, é adotar o monitoramento da qualidade das atividades acadêmicas da Uesb como critério essencial de definição de políticas administrativas. Os recursos orçamentários da Uesb têm que ser usados para superar

fragilidades encontradas em cursos e projetos e, também, para reforçar as experiências bem sucedidas.

Não se trata de monitorar para criar rankings, comparar situações que são incomparáveis entre diferentes cursos. Trata-se de monitorar para orientar a gestão no sentido de identificar os focos que têm que ser corrigidos e os que têm que ser reforçados para que a Uesb se afirme como instituição referencial no âmbito da pesquisa, do ensino e da extensão.

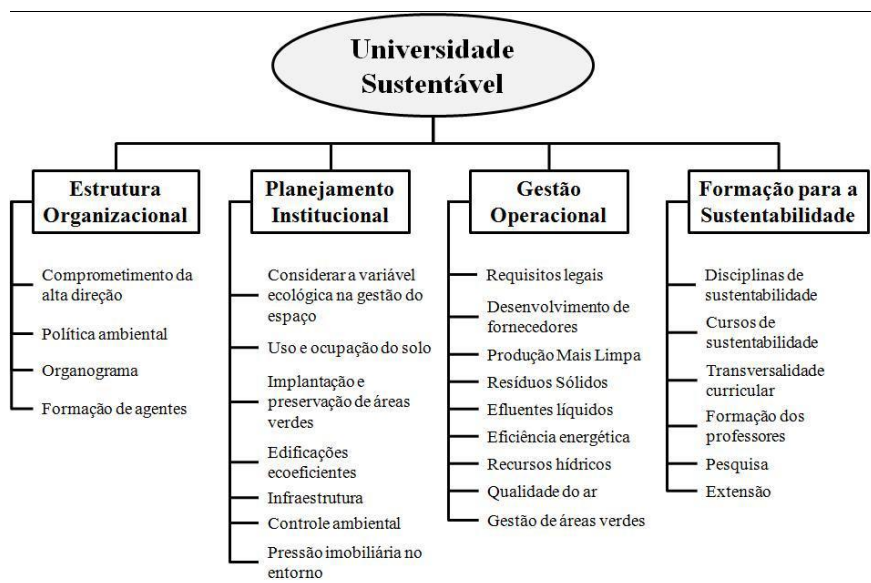
10. Política de Ordenamento e Sustentabilidade

Ao pensarmos sobre um projeto de desenvolvimento sustentável que referencie possibilidades e práticas de gestão ambiental para a Uesb, partimos inicialmente do conceito proposto por Miller, que definiu sustentabilidade como sendo “a capacidade dos sistemas da Terra, incluindo as economias e sistemas culturais humanos, de sobreviverem e se adaptarem às condições ambientais em mudança”.⁹ O autor apresenta esse conceito explicando que uma sociedade é considerada ambientalmente sustentável quando é capaz de atender as atuais necessidades de seus indivíduos por alimentos, água, ar, e outros recursos naturais, de modo a não degradar ou exaurir o capital natural que fornece esses recursos, ou seja, sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem suas necessidades.

Partindo dessa compreensão, prima-se por uma nova cultura acadêmica que inclua em suas práticas pedagógicas, administrativas e políticas ações que visem uma melhor convivência e interação com o meio ambiente. Isso envolve uma tomada de consciência ecológica baseada em princípios éticos e políticos que contemplem a reorganização dos espaços geográficos da universidade, a otimização dos recursos materiais utilizados, e a construção de práticas formativas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, incluindo o uso de tecnologias digitais (fontes limpas de energia, por exemplo).

A pesquisa de Márcio de Oliveira apresenta uma proposta de definição de diretrizes voltadas para uma universidade ambientalmente sustentável. Seu estudo faz referência a várias experiências de universidades brasileiras e estrangeiras que implementaram projetos e programas nessa dimensão. Seguindo enfoques teóricos e conceitos debatidos em conferências globais e propostas de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, o autor apresenta um organograma de “Linhas de ação e diretrizes para a promoção da Universidade Sustentável”, conforme a seguir, incluindo várias dimensões da esfera social e política na qual a universidade está inclusa. Nessa perspectiva, podemos tomar como um modelo de proposta a ser observado, uma vez que aponta para o que é possível idealizar como universidade sustentável.

⁹ Apud Márcio de Oliveira, *Universidade e sustentabilidade: proposta de diretrizes e ações para uma universidade ambientalmente sustentável*. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora-MG, 2009.



Fonte: Márcio de Oliveira, *Universidade e sustentabilidade: proposta de diretrizes e ações para uma universidade ambientalmente sustentável*. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora-MG, 2009.

Ao nos basearmos nesse organograma vislumbramos algumas ações e estratégias, a serem pontuadas, que estabelecem uma planificação específica para a realidade da Uesb a partir de três dimensões:

Dimensão Ecológica e Agroecológica

- criação de espaços de convivência, esporte e lazer utilizando as áreas dos os três *campi* da Uesb;
- construção de hortas orgânicas e compostagem;
- projetos de recursos hídricos e energéticos, como, por exemplo: sistema de capacitação de águas pluviais e implementação de projetos de energias renováveis;
- implementação e preservação de áreas verdes priorizando reflorestamento e plantio de árvores nativas;
- redução, separação e reciclagem de resíduos sólidos;
- construção e/ ou reforma de edificações tornando-as ecoeficientes.

Dimensão Otimização de Recursos Materiais

- reutilização de materiais (material plásticos, pinceis, toner, equipamentos em geral) e reciclagem;

- reordenação dos espaços para melhoria da utilização dos recursos materiais. Por exemplo: salas com número de impressoras reduzidas em relação ao número de computadores, situando-as em lugares estratégicos dos três *campi*;
- redução de custos de comunicação e telefonia – por exemplo: implementar o sistema de voz sobre IP (uso de banda larga);
- criação de espaços para vídeo-conferência para redução de custos com deslocamento, alimentação, hospedagem etc.

Dimensão Formação e Capacitação

- criação de projetos e programas que incluam possibilidades de formação em meio ambiente e sustentabilidade e que envolvam toda a comunidade universitária;
- planejamento de atividades que envolvam os três *campi* definindo linhas de ação junto os territórios em que estes se encontram, observando suas necessidades regionais;
- desenvolvimento de pesquisas que englobem as dimensões do meio ambiente e suas tecnologias para a sustentabilidade.

11. Política de Financiamento

O art. 265 da Constituição Estadual da Bahia afirma:

As instituições estaduais de pesquisa, universidades, institutos e fundações terão sua manutenção garantida pelo Estado, bem como sua autonomia científica e financeira, assegurado o padrão de qualidade indispensável para o cumprimento de seu papel de agentes de ciência e tecnologia.

Apesar desta diretriz constitucional, que estabelece a obrigação do Estado em garantir a manutenção das universidades estaduais,¹⁰ e respeitar sua autonomia científica e financeira, a realidade destas instituições é bem outra. Dos orçamentos repassados pelo governo do Estado às Universidades estaduais, nos últimos quatro anos, os recursos obrigatórios para cumprimento de despesas de pessoal e despesas correntes nunca foram inferiores a 97%, restando, para execução de projetos e investimentos, menos de 3% do orçamento. Sem contar, ainda, outras ameaças, como a interrupção nos repasses destes recursos mínimos, sempre sujeitos às políticas de contingenciamento ditadas pelo governo, que simplesmente ignora a autonomia conferida pela constituição federal para as universidades.

Os repasses orçamentários, desta forma, realizados pelo governo do Estado, têm se mostrado insuficientes para assegurar, minimamente, o cumprimento dos direitos trabalhistas de seus servidores; o direito ao acesso e permanência no ensino superior de

¹⁰ Cf. Art. 265 da Constituição Estadual: “As instituições estaduais de pesquisa, universidades, institutos e fundações terão sua manutenção garantida pelo Estado, bem como sua autonomia científica e financeira, assegurado o padrão de qualidade indispensável para o cumprimento de seu papel de agentes de ciência e tecnologia”.

jovens, cidadãos e cidadãs dos municípios que compõem a Bahia; o respeito ao princípio da autonomia financeira das universidades; a garantia de que estas instituições possam desempenhar com qualidade seu papel de agente promotor do conhecimento, da inclusão social e da emancipação humana no Estado.

É absolutamente urgente uma pactuação que envolva governo, sociedade civil, instituições de ensino e de pesquisa, além de docentes, servidores e estudantes da UEBAs, no sentido de se estabelecer políticas claras de financiamento para estas instituições. As funções exercidas pela Universidade, seu papel exclusivo de agente promotor do conhecimento, da inclusão e da emancipação social, exige a adoção de políticas claras e consistentes que assegurem sua sobrevivência.

Estas políticas podem ser estabelecidas por meio de definição de percentuais específicos da Receita Líquida de Impostos para repasse às instituições universitárias, num modelo já utilizado no sistema estadual de São Paulo, e que assegure recursos à permanência estudantil, ou, outra possibilidade, pela definição de um valor aluno-qualidade no ensino superior, equivalente ao praticado na educação básica via Fundeb, pelo qual o governo se comprometa a repassar às instituições universitárias um valor mínimo definido por estudante matriculado nas suas universidades públicas.

De toda forma, qualquer destas alternativas é ainda um projeto, um esboço de uma luta política que deve ser travada entre os representantes da Universidade – enquanto instituição autônoma acadêmica e financeiramente – e os representantes do poder executivo do Estado. Neste sentido, um dos papéis essenciais do Reitor e do Vice-Reitor da Universidade deve ser o de representar de forma ativa sua instituição perante os agentes do Estado para assegurar políticas consistentes de financiamento.

Por outro lado, distintos mecanismos de financiamento da universidade pública estadual estão disponíveis na legislação e não devem ser desprezados.

A Universidade pode recorrer a parcerias com entidades públicas (prefeituras, agências de fomento) ou privadas (fundações, empresas, ONGs) para assegurar transferência de recursos para serem utilizados em suas atividades-fim. Existe também o dispositivo de transferência de recurso público para a universidade através do poder legislativo, via emendas parlamentares.

Para estas alternativas, no entanto, é necessário que a equipe administrativa da Universidade esteja equipada com recursos humanos eficientes para lidar com questões relacionadas a convênios e prestação de contas, evitando que transferências deixem de ser efetivadas em função das carências administrativas da instituição.

Enfrentar o problema do financiamento da universidade envolve capacidade administrativa, mas é, principalmente, uma questão política. Trata-se de defender, perante os que controlam os orçamentos públicos, que o destino destes recursos obedeça aos primados constitucionais e o direito da sociedade por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Assegurar o direito à educação pública, gratuita e de qualidade não é projeto de poucos. Não é tampouco uma tarefa circunstancial; é sonho de futuro. Ensino de qualidade não é privilégio: é dever público.